

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
---------------------------	---

Balanço Patrimonial Passivo	4
-----------------------------	---

Demonstração do Resultado	6
---------------------------	---

Demonstração do Resultado Abrangente	7
--------------------------------------	---

Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	8
--	---

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2018 à 31/12/2018	10
--------------------------------	----

DMPL - 01/01/2017 à 31/12/2017	11
--------------------------------	----

DMPL - 01/01/2016 à 31/12/2016	12
--------------------------------	----

Demonstração de Valor Adicionado	13
----------------------------------	----

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho	14
---	----

Notas Explicativas	25
--------------------	----

Pareceres e Declarações

Relatório do Auditor Independente - Sem Ressalva	80
--	----

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	85
---	----

Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente	86
--	----

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Unidades)	Último Exercício Social 31/12/2018
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	10.000.452.329
Preferenciais	0
Total	10.000.452.329
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

#Error

#Error

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2018	Penúltimo Exercício 31/12/2017	Antepenúltimo Exercício 31/12/2016
1	Ativo Total	22.364.436	23.417.000	24.313.881
1.01	Ativo Circulante	615.747	556.615	627.793
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	66.174	54.403	57.240
1.01.03	Contas a Receber	327.611	319.729	332.552
1.01.04	Estoques	63.575	59.478	42.089
1.01.06	Tributos a Recuperar	22.948	29.889	35.686
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	22.948	29.889	35.686
1.01.06.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Recuperar	19.213	23.025	34.424
1.01.06.01.02	Tributos Compensáveis	3.735	6.864	1.262
1.01.07	Despesas Antecipadas	39.264	43.325	65.809
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	96.175	49.791	94.417
1.01.08.03	Outros	96.175	49.791	94.417
1.01.08.03.03	Depósitos em Garantia	74.141	26.252	37.771
1.01.08.03.04	Dispêndios Reembolsáveis	0	0	34.880
1.01.08.03.20	Outros ativos	22.034	23.539	21.766
1.02	Ativo Não Circulante	21.748.689	22.860.385	23.686.088
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	1.665.469	1.983.134	2.007.564
1.02.01.07	Tributos Diferidos	505.571	627.181	588.161
1.02.01.07.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	505.571	627.181	588.161
1.02.01.08	Despesas Antecipadas	151.573	186.968	209.593
1.02.01.10	Outros Ativos Não Circulantes	1.008.325	1.168.985	1.209.810
1.02.01.10.03	Tributos Compensáveis	578	1.004	1.137
1.02.01.10.04	Depósitos em Garantia	53.359	280.233	317.557
1.02.01.10.05	Dispêndios Reembolsáveis	954.388	887.747	891.105
1.02.01.10.20	Outros Ativos	0	1	11
1.02.03	Imobilizado	19.907.887	20.691.509	21.480.744
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	19.743.393	20.433.510	17.699.912
1.02.03.01.01	Terrenos	169.809	59.218	61.382

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2018	Penúltimo Exercício 31/12/2017	Antepenúltimo Exercício 31/12/2016
1.02.03.01.02	Reservatórios, Barragens e Adutoras	7.371.437	7.618.075	6.970.014
1.02.03.01.03	Edificações, Obras e Benfeitorias	3.956.797	4.099.582	3.463.628
1.02.03.01.04	Máquinas e Equipamentos	8.239.845	8.653.755	7.203.468
1.02.03.01.05	Móveis e Utensílios	296	129	55
1.02.03.01.06	Veículos	5.209	2.751	1.365
1.02.03.03	Imobilizado em Andamento	164.494	257.999	3.780.832
1.02.03.03.01	Terrenos	0	144.034	105
1.02.03.03.02	Reservatórios, Barragens e Adutoras	59.059	9.176	390.004
1.02.03.03.03	Edificações, Obras e Benfeitorias	47	552	409.777
1.02.03.03.04	Máquinas e Equipamentos	52.585	52.450	848.367
1.02.03.03.05	Veículos	0	703	3.854
1.02.03.03.06	Móveis e Utensílios	0	8.843	7.709
1.02.03.03.07	Material em Depósito	19.228	24.993	35.391
1.02.03.03.08	Outros	33.575	17.248	16.740
1.02.03.03.09	A ratear	0	0	1.871.766
1.02.03.03.10	Adiantamento a Fornecedores	0	0	197.119
1.02.04	Intangível	175.333	185.742	197.780
1.02.04.01	Intangíveis	175.333	185.742	197.780
1.02.04.01.02	Direito de Concessão - Uso do Bem Público	156.282	162.661	169.039
1.02.04.01.03	Servidão Permanente	9.348	9.727	625
1.02.04.01.04	Softwae	9.703	13.354	28.116

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2018	Penúltimo Exercício 31/12/2017	Antepenúltimo Exercício 31/12/2016
2	Passivo Total	22.364.436	23.417.000	24.313.881
2.01	Passivo Circulante	1.276.663	1.311.772	1.771.949
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	18.121	2.765	2.619
2.01.01.01	Obrigações Sociais	18.121	2.765	2.619
2.01.01.01.02	Salários e encargos a pagar	18.121	2.765	2.619
2.01.02	Fornecedores	506.231	202.500	366.195
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	506.231	202.500	366.195
2.01.03	Obrigações Fiscais	71.859	121.143	53.511
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	71.859	121.143	53.511
2.01.03.01.02	Impostos e Contribuições Sociais	71.859	121.143	53.511
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	169.178	700.368	602.359
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	53.259	689.586	560.747
2.01.04.02	Debêntures	115.919	10.782	41.612
2.01.05	Outras Obrigações	417.634	234.978	78.333
2.01.05.02	Outros	417.634	234.978	78.333
2.01.05.02.04	Cauções em Garantia	17.561	3.433	0
2.01.05.02.05	Adiantamentos de Clientes	286.370	126.150	0
2.01.05.02.06	Credores Diversos	29.212	23.938	9.177
2.01.05.02.07	Concessões a Pagar	21.985	21.229	20.649
2.01.05.02.08	Encargos Regulamentares e Setoriais	62.506	60.228	48.507
2.01.06	Provisões	93.640	50.018	668.932
2.01.06.02	Outras Provisões	93.640	50.018	668.932
2.01.06.02.04	Provisões Socioambientais	93.640	50.018	116.454
2.01.06.02.05	Provisões para Contingências	0	0	552.478
2.02	Passivo Não Circulante	16.894.103	16.543.767	15.905.233
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	14.795.974	14.351.964	14.465.955
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	10.219.548	10.041.365	10.445.639
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	10.219.548	10.041.365	10.445.639

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2018	Penúltimo Exercício 31/12/2017	Antepenúltimo Exercício 31/12/2016
2.02.01.02	Debêntures	4.576.426	4.310.599	4.020.316
2.02.02	Outras Obrigações	1.230.682	615.395	626.988
2.02.02.02	Outros	1.230.682	615.395	626.988
2.02.02.02.03	Cauções em Garantia	409.821	354.887	350.157
2.02.02.02.04	Adiantamento em Clientes	80.283	0	0
2.02.02.02.05	Consessões a Pagar	251.299	244.260	241.439
2.02.02.02.06	Fornecedores	409.278	0	0
2.02.02.02.07	Impostos e Contribuições	74.570	9.115	26.737
2.02.02.02.08	Obrigações Vinculadas à Concessão	5.431	7.133	8.655
2.02.04	Provisões	867.447	1.576.408	812.290
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	45.531	711.192	27.868
2.02.04.01.05	Provisões para Contingências	45.531	711.192	27.868
2.02.04.02	Outras Provisões	821.916	865.216	784.422
2.02.04.02.04	Provisões Socioambientais	264.632	346.991	263.482
2.02.04.02.05	Outras Provisões	557.284	518.225	520.940
2.03	Patrimônio Líquido	4.193.670	5.561.461	6.636.699
2.03.01	Capital Social Realizado	9.664.356	9.348.150	9.348.150
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	-5.470.686	-3.786.689	-2.711.451

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2018 à 31/12/2018	Penúltimo Exercício 01/01/2017 à 31/12/2017	Antepenúltimo Exercício 01/01/2016 à 31/12/2016
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	3.005.553	2.971.019	2.802.554
3.01.01	Receita Líquida de venda de energia	3.005.553	2.971.019	2.802.554
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-2.660.695	-1.829.329	-1.818.854
3.02.01	Custo com Venda de Energia Elétrica	-1.486.198	-1.422.571	-961.370
3.02.02	Custo de Operação	-1.174.497	-1.085.309	-857.484
3.02.03	Compartilhamento de Custos Relacionados ao Cronograma de Antecipação (Reversão Impairment)	0	678.551	0
3.03	Resultado Bruto	344.858	1.141.690	983.700
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-194.587	-815.955	-144.933
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-194.958	-137.666	-145.617
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	371	-678.289	684
3.04.04.01	Outras Receitas	371	262	0
3.04.04.02	Provisão para crédito de liquidação duvidosa	0	-678.551	0
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	150.271	325.735	838.767
3.06	Resultado Financeiro	-1.712.658	-1.439.993	-1.290.292
3.06.01	Receitas Financeiras	127.724	90.383	146.103
3.06.02	Despesas Financeiras	-1.840.382	-1.530.376	-1.436.395
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	-1.562.387	-1.114.258	-451.525
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-121.610	39.020	-32.419
3.08.02	Diferido	-121.610	39.020	-32.419
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	-1.683.997	-1.075.238	-483.944
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	-1.683.997	-1.075.238	-483.944
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)			
3.99.01	Lucro Básico por Ação			
3.99.01.01	ON	-174,91	-112,75	-51,64

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2018 à 31/12/2018	Penúltimo Exercício 01/01/2017 à 31/12/2017	Antepenúltimo Exercício 01/01/2016 à 31/12/2016
4.01	Lucro Líquido do Período	-1.683.997	-1.075.238	-483.944
4.03	Resultado Abrangente do Período	-1.683.997	-1.075.238	-483.944

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2018 à 31/12/2018	Penúltimo Exercício 01/01/2017 à 31/12/2017	Antepenúltimo Exercício 01/01/2016 à 31/12/2016
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	232.665	556.270	-164.868
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	850.396	1.524.939	1.825.738
6.01.01.01	Prejuízo do Período Antes do IR e da CS	-1.562.388	-1.114.258	-451.525
6.01.01.02	Energia Eletrica Comprada para Revenda	682.437	85.115	86.724
6.01.01.03	Encargos de Uso da Rede	3.729	97.229	121.983
6.01.01.04	Provisão Contingência	-665.661	125.637	3.076
6.01.01.05	Depreciações e Amortizações	858.297	809.648	648.932
6.01.01.06	Perda com Baixa Imobilizado	12.112	27.214	0
6.01.01.07	Baixa Intangível	16	12	0
6.01.01.08	Juros e Variações Monetárias	1.521.854	1.494.342	1.271.567
6.01.01.10	Recebimento Liminar FID	0	0	144.981
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	340.476	-44.689	-1.110.817
6.01.02.01	Contas a Receber	-7.882	12.823	-31.621
6.01.02.02	Imposto de Renda e Contribuição Social a Recuperar	4.715	12.323	3.754
6.01.02.03	Tributos Compensáveis	3.556	-5.469	13.059
6.01.02.04	Despesas Pagas Antecipadamente	39.456	45.109	-222.520
6.01.02.06	Fornecedores	26.843	-346.041	-471.936
6.01.02.07	Salários e Encargos a Pagar	15.356	146	19
6.01.02.08	Obrigações Vinculadas à Concessão - P&D	-2.741	8.517	0
6.01.02.09	Impostos e Contribuições	7.995	47.060	9.577
6.01.02.10	Adiantamento de Clientes	240.503	126.150	-270.513
6.01.02.11	Outros Passivos	37.542	14.761	610
6.01.02.12	Encargos Regulamentares e Setoriais	1.980	250	11.081
6.01.02.13	Provisões Socioambientais	-32.121	-92	-147.270
6.01.02.14	Devedores Diversos	5.274	-8.512	-4.986
6.01.02.16	Dispêndios Reembolsáveis	0	48.286	-71
6.01.03	Outros	-958.207	-923.980	-879.789
6.01.03.01	Pagamento de Juros e Encargos sobre Debêntures	-98.292	-105.604	-94.492

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2018 à 31/12/2018	Penúltimo Exercício 01/01/2017 à 31/12/2017	Antepenúltimo Exercício 01/01/2016 à 31/12/2016
6.01.03.02	Pagamento de Juros de Empréstimos e Financiamentos	-837.928	-797.093	-676.563
6.01.03.03	Pagamento de Uso do Bem Público	-21.987	-21.283	-20.068
6.01.03.04	Fornecimento e Suprimento de Energia Elétrica	0	0	-88.666
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	62.457	2.603	-180.155
6.02.01	Depósitos em Garantia	178.985	48.843	189.847
6.02.02	Adições ao Imobilizado	-116.337	-45.552	-360.871
6.02.03	Adições ao intangível	-191	-688	-9.131
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-283.351	-561.710	103.469
6.03.01	Pagamento de Financiamentos - Principal	-599.557	-538.610	-425.208
6.03.02	Pagamento de Debêntures - Principal	0	-23.100	0
6.03.03	Obtenção de empréstimos	0	0	138.677
6.03.04	Aumento do Capital do Acionista	316.206	0	390.000
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	11.771	-2.837	-241.554
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	54.403	57.240	298.794
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	66.174	54.403	57.240

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2018 à 31/12/2018**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	9.348.150	0	0	-3.786.689	0	5.561.461
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	9.348.150	0	0	-3.786.689	0	5.561.461
5.04	Transações de Capital com os Sócios	141.486	0	0	0	0	141.486
5.04.01	Aumentos de Capital	141.486	0	0	0	0	141.486
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-1.683.997	0	-1.683.997
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	-1.683.997	0	-1.683.997
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	174.720	0	0	0	0	174.720
5.06.03	Tributos sobre a Realização da Reserva de Reavaliação	0	0	0	0	0	174.720
5.06.04	Capital Integralizado	174.720	0	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	9.664.356	0	0	-5.470.686	0	4.193.670

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2017 à 31/12/2017**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	9.348.150	0	0	-2.711.451	0	6.636.699
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	9.348.150	0	0	-2.711.451	0	6.636.699
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	0	0	0
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-1.075.238	0	-1.075.238
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-1.075.238	0	-1.075.238
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	9.348.150	0	0	-3.786.689	0	5.561.461

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2016 à 31/12/2016**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	8.958.150	0	0	-2.227.507	0	6.730.643
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	8.958.150	0	0	-2.227.507	0	6.730.643
5.04	Transações de Capital com os Sócios	390.000	0	0	0	0	390.000
5.04.01	Aumentos de Capital	390.000	0	0	0	0	390.000
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-483.944	0	-483.944
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-483.944	0	-483.944
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	9.348.150	0	0	-2.711.451	0	6.636.699

DFs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2018 à 31/12/2018	Penúltimo Exercício 01/01/2017 à 31/12/2017	Antepenúltimo Exercício 01/01/2016 à 31/12/2016
7.01	Receitas	3.471.767	3.436.762	4.159.463
7.01.02	Outras Receitas	3.471.767	3.436.762	3.223.392
7.01.02.01	Receitas operacionais	3.471.396	3.436.478	3.222.707
7.01.02.02	Outras receitas	371	284	685
7.01.03	Receitas refs. à Construção de Ativos Próprios	0	0	936.071
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-2.008.173	-1.786.675	-1.798.040
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-1.715.998	-1.609.740	-1.567.576
7.02.04	Outros	-292.175	-176.935	-230.464
7.03	Valor Adicionado Bruto	1.463.594	1.650.087	2.361.423
7.04	Retenções	-856.595	-809.648	-648.932
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	606.999	840.439	1.712.491
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	127.724	90.383	158.439
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	734.723	930.822	1.870.930
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	734.723	930.822	1.870.930
7.08.01	Pessoal	105.610	84.453	84.499
7.08.01.01	Remuneração Direta	83.254	62.586	66.548
7.08.01.02	Benefícios	16.864	17.194	13.996
7.08.01.03	F.G.T.S.	5.492	4.673	3.955
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	522.220	398.720	439.220
7.08.02.01	Federais	305.050	182.486	263.237
7.08.02.02	Estaduais	216.963	216.008	175.470
7.08.02.03	Municipais	207	226	513
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	1.790.890	1.522.887	1.831.155
7.08.03.01	Juros	1.788.182	1.519.356	1.825.229
7.08.03.02	Aluguéis	2.708	3.531	5.926
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	-1.683.997	-1.075.238	-483.944
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	-1.683.997	-1.075.238	-483.944

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

SANTO ANTÔNIO ENERGIA S.A. RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas,

Nos termos das disposições legais e estatutárias, a administração da Santo Antônio Energia S.A. ("Companhia" ou "SAE") submete à apreciação dos acionistas e demais interessados o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras Individuais da Companhia, acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018.

MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

O ano de 2018 foi um ano de grandes desafios e realizações para a Companhia, destacando-se, entre outros, a conclusão do reperfilamento de sua dívida junto ao BNDES e bancos Repassadores (FINEM), no valor de R\$ 9,7 bilhões, adequando o fluxo de pagamento de sua principal dívida à sua capacidade de geração de caixa.

Não obstante, 2018 foi um ano extremamente desafiador para o setor de energia elétrica, especialmente para as geradoras hidrelétricas em razão do cenário de restrição hídrica e deslocamento da geração hídrica por outras fontes (térmica, eólica e solar), ocasionando uma exposição média da Companhia da ordem de 18,1% da sua garantia física ao PLD (Preço de Liquidação de Diferenças), com reflexos negativos em seu caixa para cumprimento de suas obrigações de liquidação junto à CCEE, reduzindo a geração de caixa da Companhia. Para a mitigação parcial dos efeitos do GSF (*Generation Scale Factor*) de 81,9% (médio em 2018), a Companhia contou com a repactuação do risco hidrológico via a descontratação de energia pela REN 711/2016 (no volume de 287,8 MW médios).

A SAE manteve seu foco na melhoria da operação e manutenção da hidrelétrica, sendo a 4ª maior geradora brasileira de energia em 2018. Segundo dados operacionais do Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS), a SAE gerou, durante o ano de 2018, um total de 17.458.767 MWh, 3% a mais quando comparado ao mesmo período de 2017 (16.955.696 MWh).

Podemos destacar, também, que a Companhia vem aumentando consistentemente (4º ano consecutivo) a disponibilidade da UHE de Santo Antônio, como pode ser observado pelo Fator de Disponibilidade, que fechou o ano de 2018 em 96,7%, comprovando a contínua busca da Companhia pela excelência na gestão da operação e manutenção.

Como pontos positivos em 2018, além do reperfilamento do financiamento supra mencionado, destacaram-se: a receita líquida da companhia de R\$ 3.006 milhões e a recuperação parcial da garantia física (57MW médios) relacionada às 06 Unidades Geradoras adicionais, totalizando a garantia física da UHE de 2.385 MW médios sendo a 4ª maior geradora do Brasil.

Formalmente estabelecida em 2017, a Área de Compliance da Companhia teve um foco inicial na organização interna e na implementação de políticas baseadas nas melhores práticas de integridade e anticorrupção, conforme o Programa de Integridade (*Compliance*).

No estabelecimento contínuo do Programa de Integridade, a Santo Antonio Energia adotou, em 2018, as seguintes medidas, que terão follow-ups periódicos:

- "Gap analysis" com o status das atividades de compliance ou controles internos na Santo Antonio Energia;
- Revisão do Código de Ética e Conduta;
- Elaboração e aplicação de um novo Manual Anticorrupção;
- Elaboração e aplicação de uma Política de Verificação de Integridade;
- Treinamentos e ações de comunicação interna para todos os Integrantes;

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

- Estabelecimento de um novo Canal de Reportes e Denúncias e sistema de investigação independente;
- Mapeamento de Conflito de Interesses;
- Revisão de Políticas internas existentes com as contribuições da Área de Compliance; e
- Análise de Riscos de Compliance.

Para estar totalmente alinhada com as melhores práticas de Compliance e Governança Corporativa e de forma a dirimir quaisquer dúvidas no que tange a eventuais ilícitos passados, a Companhia contratou uma investigação independente, conduzida ao longo do segundo semestre de 2018 por um escritório Jurídico Independente especializado em investigações Forenses, apoiada por uma Comissão Independente (constituída pelos dois membros independentes do seu Conselho de Administração e por um profissional externo experiente em processos investigativos).

O relatório final concluiu que, no tocante ao conteúdo de colaborações e delações premiadas tornadas de conhecimento público em maio de 2017, salvo novos desdobramentos futuros ou avanços de investigações ainda não concluídas pelo Ministério Público e/ou Polícia Federal, não há evidências que permitam afirmar (i) suposta existência de pagamentos indevidos por parte da SAESA que devam ser considerados para eventual baixa contábil, (ii) repasse ou majoração de custos para fazer frente às vantagens indevidas supostamente pagas por membros do Consórcio Construtor e (iii) vinculação da Companhia aos atos supostamente praticados por seus fornecedores, nos termos das delações e colaborações tornadas públicas, não havendo, portanto, elementos que demonstrem a existência de “sobrepreço” nos ativos da Companhia ou prejuízos materiais relevantes.

A Companhia continuará a adotar todos os procedimentos necessários para o atendimento das melhores práticas de Compliance e Governança Corporativa e que serão constantemente aperfeiçoados pela sua Área de Compliance.

Reiteramos mais uma vez nosso comprometimento com as questões sócioambientais relacionadas ao empreendimento e comunidades pertencentes à área de abrangência da hidrelétrica, tendo o reconhecimento pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), responsável pelo acompanhamento das ações relacionadas a esses assuntos, através da renovação da Licença de Operação da UHE pelo prazo (máximo previsto em Lei) de 10 anos.

Novamente, agradecemos a confiança e o apoio recebido de nossos clientes, acionistas, credores, fornecedores e integrantes, que muito nos ajudaram a manter a SAE ainda mais forte para enfrentar e superar os próximos desafios.

DESCRIÇÃO DOS NEGÓCIOS

A SAE é uma sociedade de propósito específico, constituída em janeiro de 2008, tendo por objetivo o desenvolvimento do projeto de implantação da UHE Santo Antônio, no Rio Madeira, no município de Porto Velho, Estado de Rondônia, assim como a condução de todas as atividades necessárias à construção, operação e exploração da referida hidrelétrica.

A construção da UHE Santo Antônio teve seu início no segundo semestre de 2008, com a implantação de Unidades Geradoras do tipo “Bulbo” que operam em rios de baixa queda e grande vazão de água (barragem a fio d’água). Vale ressaltar que a tecnologia utilizada na implantação minimizou os impactos ambientais quando comparados a outros métodos utilizados na construção de usinas hidrelétricas, uma vez que as áreas alagadas são de muito menor proporção.

Em 11 de abril de 2018, a Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia aprovou o Projeto de Lei Complementar nº 102/2016, apresentado pelo Governo do Estado de Rondônia, para

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

liberação das áreas de 03 (três) Unidades de Conservação Estaduais. Com base nessa aprovação, o IBAMA publicou, em 30 de maio de 2018, a Autorização Especial nº 15/2018, autorizando a Santo Antônio Energia a operar o reservatório da UHE Santo Antônio seguindo a seguinte regra operativa:

- Operação na cota 71,3m, para vazões afluentes ao reservatório de até 34.000 m³/s; e
- Operação na cota 70,5m, para vazões afluentes ao reservatório acima de 34.000 m³/s.

Em razão dessa nova condição operativa, o Ministério de Minas e Energia publicou a Portaria nº 155 de 11 de julho de 2018, restabelecendo parcialmente a Garantia Física da usina em 57 MW médios, totalizando então 2.385 MW médios.

Desse modo, durante o ano de 2018, a Garantia Física da UHE Santo Antônio foi de 2.328 MW médios de 01/01/2018 até 11/07/2018 e de 2.385 MW médios a partir de 12/07/2018.

Destaca-se que, em 2018, a UHE Santo Antônio atingiu uma geração total de 17.458.767,60 MWh, atendendo a 3,5% do consumo nacional de energia elétrica do ano. Em termos de residências atendidas, ao se considerar um consumo médio de 150 kWh, a geração média mensal da UHE Santo Antônio foi suficiente para atender aproximadamente 9 milhões de residências.

O Contrato de Concessão da SAE tem duração de 35 anos, contados a partir da data de sua assinatura, ocorrida em 13 de junho de 2008.

CONJUNTURA ECONÔMICA

O ano de 2018 demonstrou uma ligeira melhora econômica devido à retomada do consumo das famílias e dos investimentos, com avanço no crescimento do PIB de 1,1% em 2017 para 1,4% em 2018 (estimativa BACEN).

Outro indicador que reflete a modesta melhora da economia é a taxa básica de juros (Selic), que teve uma queda, reduzindo de 7% a.a. no início do ano para 6,5% a.a. no final do ano.

No Brasil, o Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), principal índice de inflação, e que serve de base para a meta estabelecida pelo Ministério da Fazenda, fechou o ano em 3,74% a.a. frente ao índice de 2,94% a.a. em 2017. Esse índice é utilizado pela Companhia para correção dos preços de seus contratos de venda de energia, de serviços contratados e correção das debêntures e financiamentos (BNDES FINEM).

Além do IPCA, outros importantes indicadores utilizados pela Companhia são a TJLP e o IGP-M. No ano de 2018, o Conselho Monetário Nacional (CMN) reduziu a Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP), principal indicador de empréstimos do BNDES, de em média 7,13% para 6,72%. Vale ressaltar que a TJLP não será mais utilizada para atualização dos empréstimos e financiamentos da Companhia, sendo substituída pela Taxa de Longo Prazo (TLP), indexada ao IPCA.

O CDI acumulado também sofreu uma redução em 2018, quando comparado ao mesmo período de 2017, apontando uma redução de 6,99% a.a. para 6,40% a.a.

SETOR ELÉTRICO E REGULAMENTAÇÃO

O ano de 2018 foi mais um ano de muitos desafios para o setor elétrico, com registros de hidrologia abaixo da média histórica e reservatórios ainda com níveis reduzidos, o que exigiu a manutenção do despacho térmico no País (desde outubro/12).

Apesar de ter ocorrido uma redução do PLD (média de R\$ 323,04/MWh em 2017 para a média de R\$ 288,57/MWh em 2018), o GSF manteve-se em patamares muito baixos (média de 81,9% em 2018). O setor também foi muito impactado pela elevada inadimplência decorrente,

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

principalmente, das liminares vigentes, que protegem alguns agentes geradores do setor elétrico dos custos do GSF, mantendo-se assim uma elevada judicialização do setor.

As usinas hidrelétricas também foram impactadas severamente pelo regime hidrológico, operando reservatórios em capacidade abaixo da média dos últimos anos, levando o Operador Nacional do Sistema (ONS) a priorizar o despacho de energia através das usinas termoeletricas, com o intuito de preservar os níveis dos reservatórios para o período seco. A restrição de geração imposta pelo regime hídrico desfavorável, aliada à decisão do ONS de despachar grandes volumes de energia pelas usinas termoeletricas e a crescente geração de energias intermitentes e de reserva, aumentou a exposição das hidrelétricas ao Mecanismo de Realocação de Energia (MRE), cujas consequências são de grandes impactos financeiros a esses agentes geradores.

No ano de 2018, o custo do risco hidrológico (GSF) da Companhia foi de R\$1,54 bilhão. Tal impacto foi mitigado pelo mecanismo de transferências de alocação de risco, via o acordo de Repactuação do Risco Hidrológico, a qual a SAE está protegida na parcela regulada (CCEAR) do Leilão Estruturante, que protege a Companhia de exposições ao GSF inferiores a 93% (Produto SP93), da parcela repactuada, ou seja, o volume de 1.552,60 MWm (ACR das 44 UGs). A SAE também está protegida na parcela regulada (CCEAR) do Leilão da Expansão, que protege a Companhia de exposições ao GSF inferiores a 100% (Produto SP100), da parcela repactuada, ou seja, o volume de 129,60 MWm (ACR das 6 UGs). A compensação proveniente da Repactuação do Risco Hidrológico para Santo Antônio foi de R\$ 724,8 milhões, aliviando assim os valores das liquidações na CCEE. Aliada à compensação proveniente da Repactuação do Risco Hidrológico, a Companhia, por meio de ações comerciais (de compra e venda de energia) também mitigou o Risco Hidrológico em R\$ 384,4 milhões.

Uma das medidas que a Companhia realizou para mitigar os efeitos do GSF foi a descontratação bilateral de energia de alguns CCEARs, no qual a Santo Antônio Energia logrou êxito com a descontratação líquida de 287,8 MW médios para o ano de 2018.

COMENTÁRIO SOBRE O DESEMPENHO DA COMPANHIA

Número de Unidades Geradoras e Volume Vendido

A SAE possui 50 unidades geradoras em operação comercial, totalizando 3.568 MW de capacidade instalada, sendo considerada a 4ª maior geradora de energia do Brasil. O volume de energia vendida em 2018 foi de 19.502.213 MWh.

Receita Operacional Líquida

A receita operacional da SAE é composta pela comercialização de energia elétrica nos ambientes regulado e livre. No ano de 2018, a receita operacional líquida da Companhia alcançou R\$ 3.006 milhões, representando um incremento de 1,2% em relação a receita operacional de 2017 (de R\$ 2.971 milhões), basicamente em razão da atualização monetária dos contratos e descontratações de energia.

A Companhia já comercializou 100% do volume da energia assegurada por meio da celebração de contratos no ACR e ACL. Do volume de garantia física do projeto original (2.218 MW médios), 30% foram vendidos com prazos superiores a 12 anos (até 2027) e os 70% restantes até 2041. O Projeto Básico Complementar Alternativo (PBCA), que se refere à expansão da UHE, incrementou 206,2 MW médios de garantia física. Deste volume, 65% foram vendidos no ACR, em contratos com prazo de 35 anos até 2046 (após o prazo da concessão) e 35% foram comercializados no ACL com prazo até 2029.

Custo com a Venda de Energia Elétrica

O custo com a venda de energia elétrica, em 2018, foi de R\$ 1.486 milhões, representando um incremento de 4% em relação ao ano de 2017 (de R\$ 1.423 milhões), decorrente, principalmente, da recuperação parcial da garantia física em julho de 2018.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Adicionalmente, houve também um aumento dos custos com os Encargos de Uso do Sistema de Transmissão (EUST) de 3,35%, quando comparados com o ano de 2017, em função da atualização monetária da tarifa.

Custo de Operação

O custo de operação, em 2018, apresentou um incremento de 8% quando comparado ao mesmo período de 2017, sendo R\$ 1.174 milhões e R\$ 1.085 milhões respectivamente. Tal incremento foi causado pelas seguintes variações:

em R\$ milhões				
Item	2018	2017	Variação	Comentário
Depreciação e Amortização	854	803	51	ativação de itens do imobilizado em curso
Pessoal de Operação e Manutenção	81	61	20	contabilização da diretoria técnica em OPEX
Outros	239	221	18	
Total	1.174	1.085	89	

Despesas Gerais e Administrativas

As despesas gerais e administrativas (G&A) tiveram um incremento quando comparadas ao mesmo período entre 2017 e 2018, sendo R\$ 138 milhões e R\$ 195 milhões respectivamente. Esse aumento é decorrente de atendimento de obrigações junto aos órgãos municipais do Estado de Rondônia.

Receita Financeira

A receita financeira da Companhia foi maior em 42% na comparação entre os anos de 2017 e 2018, passando de R\$ 90 milhões para R\$ 128 milhões. Tal diferença deve-se principalmente à correção monetária (IGP-M) dos dispêndios reembolsáveis (gastos realizados pela Companhia que serão objeto de reembolso pelo Consórcio Construtor Santo Antônio (CCSA), objeto da arbitragem).

Despesa Financeira

A despesa financeira da Companhia apresentou um incremento de 20% quando comparada ao ano de 2017, passando de R\$ 1.530 milhões para R\$ 1.840 milhões, principalmente em razão da correção monetária relativa aos débitos do fator de disponibilidade (FID II e FID III) e atualização do passivo relacionado aos débitos com o CCSA.

EBITDA

No ano de 2018, o EBITDA totalizou R\$ 1.007 milhões, representando uma redução de R\$ 129 milhões, equivalente a uma redução de 11% em relação ao exercício de 2017, conforme demonstrado a seguir:

em R\$ milhões		
Descrição	2018	2017
Lucro/(Prejuízo) do exercício	(1.684)	(1.075)
(+) Despesas financeiras líquidas	1.713	1.440
(+) Imposto de renda e contribuição social	121	(39)
(+) Depreciação e amortização ^(*)	857	810
EBITDA	1.007	1.136
Receita líquida	3.006	2.971
Margem EBITDA	34%	38%

^(*) Inclui a depreciação e amortização das despesas gerais e administrativas.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Apesar do aumento da receita líquida de R\$ 35 milhões, a queda do EBITDA deveu-se ao aumento nos custos operacionais conforme supra citado.

Prejuízo do Período

A Companhia encerrou o ano de 2018 com um prejuízo de R\$ 1.684 milhões, frente a R\$ 1.075 milhões no ano de 2017. O resultado de 2018 foi impactado principalmente por: (i) redução do EBITDA; (ii) aumento da despesa financeira e (iii) reversão do IR diferido em razão da queda da liminar do FID II.

A UHE Santo Antônio foi implementada na modalidade *Project Finance*, onde o resultado nos primeiros anos de operação é fortemente impactado pelas despesas financeiras, que serão reduzidas com o passar dos anos, após amortização gradual dos financiamentos.

Empréstimos e Financiamentos

Em dezembro de 2018, a Companhia possuía saldo de dívidas conforme demonstrado abaixo:

		Em	R\$
milhões			
Origem	Custo	Dívida Bruta 12/2018	Dívida Bruta 12/2017
BNDES		9.712	10.167
BNDES Direto	TLP* + 3,9%	4.783	5.003
BNDES Repasse	TLP* + 4,7%	4.928	5.165
FNO	10% Pré-fixado	562	589
Debêntures		4.705	4.337
1ª Emissão		3.211	2.899
1ª Série	IPCA + 6,5%	1.639	1.480
2ª Série		1.572	1.419
2ª Emissão	IPCA + 6,2%	566	544
3ª Emissão		928	893
1ª Série	IPCA + 7,05%	265	255
2ª Série	IPCA + 7,49%	663	638
Total Dívida Bruta		14.979	15.093
Caixa e Equivalentes de Caixa		66	54
Total Dívida Líquida		14.913	15.038

* TLP = IPCA + 2,98%

A dívida líquida (dívida bruta descontada das disponibilidades da Companhia), em 31 de dezembro de 2018, correspondia a R\$ 14.913 milhões frente a R\$ 15.038 milhões em 31 de dezembro de 2017.

O financiamento do BNDES é a conta mais significativa do Passivo da Companhia, representando 43% em 2018, com um saldo de R\$ 9.712 milhões, R\$ 455 milhões menor comparado ao ano de 2017, cujo saldo era de R\$ 10.167 milhões. Essa redução ocorreu devido ao início das amortizações de todos os subcréditos da dívida do BNDES direto e Repasse.

A dívida com as debêntures, cujo saldo de R\$ 4.705 milhões contempla as três emissões de debêntures da Companhia, incluindo os juros incorridos, representa aproximadamente 21,0% do Passivo total em 2018. A variação de 8,5% em relação a 2017, cujo saldo era de R\$ 4.337 milhões, é justificada principalmente pelos juros incorridos do período que foram capitalizados.

A Companhia monitora também o indicador Dívida Líquida / Patrimônio Líquido, utilizado como métrica de alavancagem financeira. Nos termos da escritura da 1ª emissão de debêntures da

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Companhia, este indicador deve ser mantido em um valor inferior a 3,5x. Devido ao descumprimento desse indicador em 2018, a Companhia recebeu *waiver* dos respectivos debenturistas até o ano de 2028.

Descrição	2018	2017
Dívida Líquida / PL	3,55	2,70

Além do indicador Dívida Líquida / Patrimônio Líquido, a companhia possui nos contratos de financiamento a obrigação de cumprir também o indicador Patrimônio Líquido / Ativo Total igual ou superior a 25%.

Descrição	2018	2017
PL / ATIVO TOTAL	18,7%	23,7%

Outro indicador importante que a companhia possui em seus contratos de financiamento e nas escrituras das debêntures é a obrigação da manutenção do Índice de Cobertura sobre o Serviço da Dívida (ICSD) maior que 1,2x.

ICSD (EBITDA / Serviço da Dívida)

Descrição	2018	2017
EBITDA	1.007	1.136
Serviço da Dívida	1.536	1.464
ICSD	0,66x	0,78x

Devido ao descumprimento desses indicadores (PL / AT e ICSD), a Companhia recebeu *waiver* de todos os seus credores para o ano de 2018.

Em 31 de dezembro de 2018, a Companhia apresentava excesso de passivos circulantes sobre ativos circulantes no montante de R\$ 660,9 milhões, decorrente, principalmente, da conta “Fornecedores” onde está incluído o parcelamento do FID II e do FID III, “Adiantamento de Clientes”, e “Debêntures”, conforme detalhado nas Notas Explicativas.

Estruturalmente, usinas hidrelétricas financiadas sob o formato de Project Finance, com elevado índice de alavancagem financeira, apesar de apresentarem capital circulante líquido negativo nos primeiros anos de operação, contam com contratos firmes de vendas de energia de longo prazo para suporte de pagamento de suas dívidas. Dessa forma, para a equalização do capital circulante negativo a Companhia, além de contar com os contratos de venda de longo prazo, que garantem uma regularidade da sua geração operacional de caixa, a SAE conta ainda com os impactos positivos decorrentes do reperfilamento de sua dívida concluída em dezembro/2018, que ajustou o fluxo de pagamento das dívidas à capacidade de geração de caixa da Companhia.

Fornecedores

A conta de Fornecedores apresentou um saldo, em 2018, de R\$ 916 milhões, representando um aumento de 351% em relação a 2017, cujo saldo era de R\$ 203 milhões.

Tal aumento de R\$ 713 milhões em relação a 2017 é referente à posição devedora da SAE em operações de compra e venda de energia realizadas no âmbito da CCEE (Câmara de Comercialização de Energia Elétrica), sendo R\$ 409 milhões na linha de Passivo Regulatório Não Circulante e R\$ 326 milhões na linha Passivo Regulatório Circulante. Além do balanço de energia, a CCEE é também responsável por efetuar as cobranças de encargos como o FID (Fator de Disponibilidade) e o GSF (Generation Scaling Factor).

Após autorização da ANEEL, a CCEE concordou com o parcelamento do débito referente ao Fator de Disponibilidade - FID, no valor de R\$ 143,4 milhões (a ação, denominada pela Companhia de FID III, é referente aos recursos relativos a queda da liminar cujo o objeto da ação fundamentava-se na aplicação da Resolução Normativa da ANEEL nº 614/2014, a partir de junho de 2014). O parcelamento do FID III ocorreu nos seguintes termos: (a) 10 parcelas

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

iguais, acrescidas de IGP-M e juros de 1% ao mês, com vencimentos mensais a partir de maio/2018.

Após autorização da ANEEL, a CCEE concordou com o parcelamento do débito referente ao Fator de Disponibilidade - FID, no valor de R\$ 738 milhões (a ação, denominada pela Companhia de FID II, é referente aos recursos relativos a queda da liminar cujo o objeto da ação estava fundamentado nos esclarecimentos do edital do leilão da UHE Santo Antonio). O parcelamento ocorreu nos seguintes termos: (a) 36 parcelas iguais, acrescidas de IGP-M e juros de 1% ao mês, com vencimentos mensais a partir de setembro/2018.

Concessões a Pagar

Trata-se da obrigação, assumida pela Companhia no Contrato de Concessão nº 001/2008 de Uso do Bem Público (UBP) para a geração de energia, de recolher à União o pagamento total fixado de R\$ 379,3 milhões, em parcelas mensais iguais, sendo exigida a partir da entrada em operação comercial da primeira unidade geradora, ocorrida em 30 de março de 2012, até o 35º ano da concessão. O valor do pagamento é atualizado anualmente pelo IPCA, sendo que o montante total da obrigação é registrado pelo valor presente total do UBP até o final do contrato de concessão, descontado à taxa de 6,94% a.a. O saldo a pagar em 31 de dezembro de 2018 totalizava R\$ 273,3 milhões (2017 – R\$ 265,5 milhões).

Buscando refletir adequadamente a contraprestação pecuniária da concessão e a respectiva obrigação perante a União, os valores da concessão foram registrados no ativo intangível, em contrapartida do passivo.

Os valores originais contratados, atualizados monetariamente pela variação anual do IPCA, estão sendo pagos em 375 parcelas mensais a partir de abril de 2012.

A variação de 2,94% entre 2017 e 2018, passando de R\$ 265,5 milhões, para R\$ 273,3 milhões, se justifica tanto pela atualização monetária, quanto pela amortização do saldo.

Patrimônio Líquido

O Patrimônio Líquido da SAE foi reduzido de R\$ 5.561 milhões, em 2017, para de R\$ 4.194 milhões, em 2018, em função do prejuízo apurado no exercício de R\$ 1.684 milhões.

a. Capital subscrito e integralizado

Em 2018, devido às onerosas liquidações da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE) e devido ao retardamento da conclusão do reperfilamento da sua dívida, a Companhia precisou ser capitalizada pelos acionistas, entre os meses de outubro e dezembro do mesmo ano, no montante de R\$ 316 milhões.

INVESTIMENTOS

Os investimentos realizados em 2018 somaram R\$ 158 milhões, montante superior aos investimentos ocorridos no exercício de 2017, que totalizaram R\$ 105 milhões. Esse incremento se deve principalmente ao cumprimento de obrigações fundiárias e socioambientais junto aos órgãos ANA e IBAMA.

GOVERNANÇA CORPORATIVA

Nos termos do Estatuto Social da SAE, o Conselho de Administração é composto atualmente por 11 membros efetivos, incluindo 02 conselheiros independentes, além de seus respectivos suplentes, com mandato unificado de um ano, sendo permitida a reeleição dos membros do Conselho de Administração. No mínimo 20% deverão ser conselheiros independentes, conforme a definição do Regulamento do Novo Mercado da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão, e expressamente declarados como tais na ata de Assembleia Geral que os elegeu, sendo

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

também considerados independentes os conselheiros eleitos mediante faculdade prevista pelo artigo 141, §§ 4º e 5º, e artigo 239 da Lei das Sociedades por Ações.

A Companhia possui um sistema de governança formal, com os seguintes instrumentos em vigor: Estatuto Social, Acordo de Acionistas, Código de Governança e Política de Conflito de Interesses.

Além disso, possui um Regimento Interno do Conselho de Administração, no qual estão previstos 04 (quatro) Comitês de Apoio permanentes, a saber:

- **Comitê de Finanças, Auditoria e Riscos**

O Comitê de Finanças, Auditoria e Riscos examina, acompanha e opina sobre os assuntos econômico-financeiros da Companhia, tais como, plano de negócios, execução orçamentária, empréstimos, financiamentos, gestão da dívida, análise de riscos financeiros, fluxo de caixa, resultado empresarial, *covenants* e política de dividendos e emissão de ações e debêntures. Acompanha a evolução dos passivos da Companhia. Auxilia o Conselho na definição dos padrões de qualidade dos relatórios financeiros e dos controles internos e, também, avalia os riscos envolvidos nos princípios contábeis utilizados e a adequação e eficácia dos controles internos, propondo alterações caso necessário. Acompanha a aplicação do modelo integrado de análise de risco nos projetos da Companhia, bem como propõe mecanismos de controle, mitigação e remediação adequados. Promove a interação entre o Conselho Fiscal e o Conselho de Administração, referente aos assuntos da auditoria interna e externa.

- **Comitê de Pessoas**

O Comitê de Pessoas examina e opina sobre assuntos referentes a gestão e desenvolvimento de recursos humanos, políticas de pessoal, política de remuneração, Programas de Participação nos Lucros, sistemas de avaliação de performance e competências, processos de nomeação e sucessão de Diretores.

- **Comitê de Estratégia, Comercialização e Regulatório**

O Comitê de Estratégia, Comercialização e Regulatório examina e opina sobre questões comerciais e regulatórias de caráter estratégico, tais como, operações e transações com impacto material sobre o resultado da Companhia, estratégia e interação com órgãos reguladores e outros *stakeholders*, balanço energético, risco hidrológico e política de riscos, acompanhamento dos principais indicadores.

- **Comitê de Conformidade e Governança**

Comitê de Conformidade e Governança - analisar e opinar sobre questões ligadas a conformidade legal, regulamentar e contratual, melhorias e aprimoramentos sobre o Programa de Integridade da Companhia. Acompanhar a gestão de riscos, identificar, avaliar, monitorar de forma contínua o risco e propor estratégias de gestão e mitigação. Acompanhar, apreciar e, quando for o caso, recomendar ações sobre as denúncias apuradas. Propor critérios para identificação de riscos inerentes à atuação dos Conselheiros, bem como ações preventivas. Avaliar a atuação do responsável da Companhia por conformidade (*compliance*). Condução da avaliação periódica do Conselho de Administração, dos Comitês, do Presidente e do Secretário do Conselho, as ações de melhoria da dinâmica de funcionamento do Conselho de Administração, os critérios para avaliação e desenvolvimento da Governança Corporativa.

RESPONSABILIDADE SOCIAL E AMBIENTAL

A Hidrelétrica Santo Antônio é referência em produção de energia limpa e de fonte renovável no Brasil e no mundo.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Desde a sua concepção, o projeto da Hidrelétrica Santo Antônio foi idealizado para obter o máximo aproveitamento do potencial dos recursos hídricos do rio Madeira, com o mínimo impacto socioambiental e na biodiversidade na região onde está instalada, em Porto Velho (RO). Um investimento aproximado de R\$ 2 bilhões em sustentabilidade permitiu que 28 programas socioambientais fossem desenvolvidos para mitigar possíveis impactos decorrentes da implantação da hidrelétrica.

Diante das boas práticas e cumprimento dos PBAs, a Santo Antonio Energia já obteve a renovação da Licença de Operação nº 1044/2011, com validade de 10 anos (que é o prazo máximo previsto em Lei).

Em maio de 2018, a SAE obteve a Autorização Especial nº 15/2018 (AE 15/2018) emitida pelo IBAMA, que possibilitou o alteamento do reservatório, da atual cota 70,5m, para a cota 71,3m, com vazões afluentes de até 34.000m³/s, o que possibilita a operação na cota prevista originalmente no Projeto Básico Complementar Alternativo – PBCA.

Em fase de geração plena, já com todas as 50 turbinas em operação comercial, a hidrelétrica continua sendo um importante vetor de desenvolvimento sustentável na região. De março de 2012, quando iniciou a operação comercial, até dezembro de 2018, a concessionária já pagou cerca de R\$ 370 milhões em *royalties* para Compensação Financeira pelo Uso dos Recursos Hídricos (CFURH).

Essa contribuição permanente é muito importante para o desenvolvimento da região, pois os recursos são pagos mensalmente durante todo o período de concessão (até 2043).

Além das ações para atendimento às obrigações legais, a Santo Antônio Energia adere a diversos padrões internacionais de sustentabilidade, como, por exemplo, o cumprimento das diretrizes previstas nos Princípios do Equador, o título de Hidrelétrica mais sustentável (pela avaliação da International Hydropower Association em 2014), o registro na Organização das Nações Unidas (ONU) para participação do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo, que precede a emissão de Créditos de Carbono, e os diversos projetos de incentivo à preservação ambiental e desenvolvimento social da região.

GERAÇÃO DE EMPREGOS DIRETOS E INDIRETOS

A Companhia, ao final de 2018, tinha 442 integrantes, dos quais 83,3% estavam localizados em Porto Velho. O perfil educacional do seu quadro de integrantes contempla 46% com nível superior completo e 9% em formação, além de 20% com formação técnica e 25% com ensino médio.

A SAE mantém programas de treinamentos para todos os seus níveis hierárquicos, sendo que o investimento em educação, realizado em 2018, foi cerca de R\$ 1,7 milhão.

POLÍTICA DE DISTRIBUIÇÃO DE DIVIDENDOS

A Companhia pretende declarar e pagar dividendos e/ou juros sobre o capital próprio em cada exercício social no montante de 25% do seu lucro líquido, após dedução de 5% de reserva legal, ajustado de acordo com a Lei das Sociedades por Ações e o seu Estatuto Social.

Em função de restrições previstas em contratos de financiamentos em que figura como devedora e nas escrituras de debêntures de sua emissão, a Companhia, somente poderá distribuir os dividendos mínimos obrigatórios, conforme previsto na Lei das Sociedades por Ações, 25% do lucro líquido, após deduzida a reserva legal de 5%, após a conclusão física e financeira do projeto, e, somente poderá distribuir dividendos e/ou juros sobre capital próprio

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

acima do mínimo obrigatório, após a expressa autorização do BNDES, do banco líder dos bancos repassadores de recursos do BNDES, do Banco da Amazônia e da aprovação em Assembleia Geral de Debenturistas ou após a liquidação total dos financiamentos e debentures.

A Companhia foi constituída em 2008 e possuía prejuízos acumulados até o exercício findo em 31 de dezembro de 2018. Por esta razão, não houve pagamento de dividendos e/ou juros sobre capital próprio aos acionistas.

ADERÊNCIA À CAMARA DE ARBITRAGEM

De acordo com o artigo 26 do Estatuto Social da SAE, a Companhia, seus acionistas, administradores e membros do Conselho Fiscal obrigam-se a resolver, por meio de arbitragem, perante a Câmara de Arbitragem do Mercado, toda e qualquer disputa ou controvérsia que possa surgir entre eles, relacionada com ou oriunda, em especial, da aplicação, validade, eficácia, interpretação, violação e seus efeitos, das disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, no Estatuto Social da Companhia, nas normas editadas pela CVM, bem como nas demais normas aplicáveis ao funcionamento do mercado de capitais em geral, além daquelas constantes do Regulamento de Arbitragem da Câmara de Arbitragem do Mercado.

RELACIONAMENTO COM AUDITORES INDEPENDENTES

A SAE adota procedimentos que visam evitar o conflito de interesse ou a perda de independência e objetividade por parte dos referidos auditores externos independentes, tais como consultar os auditores independentes para assegurar que a realização da prestação desses e de outros serviços não venha a afetar sua independência e objetividade necessárias ao desempenho dos serviços de auditoria independente. Adicionalmente, nos termos do Estatuto Social da Companhia, cabe ao Conselho de Administração a escolha e destituição dos auditores independentes.

Durante o exercício de 2018 foram prestados outros serviços além daqueles relacionados à auditoria das demonstrações financeiras. Os honorários desses serviços não foram significativos, representando menos de 5% do total dos honorários relacionados à auditoria externa.

APROVAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em observância às disposições da Instrução CVM nº 480/09, a diretoria estatutária da Companhia declara que discutiu, reviu e concordou com as opiniões expressas no parecer dos auditores independentes e com as demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, que foram apresentadas ao Conselho de Administração, em reunião realizada em 20 de fevereiro de 2019, e que será oportunamente submetida à deliberação em AGOE.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A SAE agradece o apoio recebido do Conselho de Administração, Conselho Fiscal, clientes, acionistas, fornecedores, BNDES, bancos repassadores, debenturistas, auditores independentes, MME e demais órgãos reguladores bem como o empenho de todos os seus integrantes que contribuíram para o desempenho da Companhia em 2018.

São Paulo, 21 de fevereiro de 2019.

A Administração

Notas Explicativas

Santo Antônio Energia S.A.

***Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2018
e relatório do auditor independente***



Notas Explicativas



Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Acionistas
Santo Antônio Energia S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Santo Antônio Energia S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

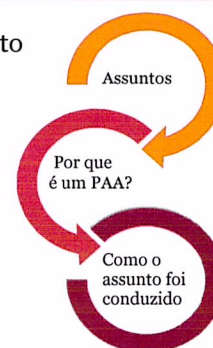
Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Santo Antônio Energia S.A. em 31 de dezembro de 2018, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais Assuntos de Auditoria

Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.



Notas Explicativas



Santo Antônio Energia S.A.

Porque é um PAA

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Situação financeira da Companhia (Nota 2.4.1 às demonstrações financeiras)

A Companhia apresentou, em 31 de dezembro de 2018, excesso de passivos circulantes sobre ativos circulantes no montante de R\$ 660.916 mil.

Para equalização da situação do capital circulante negativo, a administração da Companhia tem tomado ações, dentre as quais destacam-se: (i) reperfilamento da dívida junto ao BNDES e bancos repassadores (Nota 13), concluído em 14 de dezembro de 2018 (ii) geração operacional de caixa, baseada nas projeções de resultado e de fluxos de caixa para os próximos doze meses da data do balanço.

Como consequência do reperfilamento da dívida a Companhia teve que proceder análises para avaliar se a renegociação deveria ser como uma modificação ou extinção.

Dadas as circunstâncias acima descritas, consideramos que este assunto se manteve como uma área de foco em nossa auditoria.

Dentre outros, realizamos os procedimentos de auditoria descritos a seguir.

Obtivemos memorando de avaliação da capacidade financeira preparado pela administração e confrontamos com as projeções de resultados futuros (“Projeções”) avaliadas pelo Comitê Financeiro e recomendadas para aprovação do Conselho de Administração.

Avaliamos e testamos, com o apoio de nossos especialistas, a razoabilidade: (i) do modelo de cálculo utilizado pela administração para preparar as Projeções; (ii) das principais premissas utilizadas nas Projeções, tais como taxa de desconto, projeções de inflação, preço de venda e comercialização MW/h e risco hidrológico. Adicionalmente, realizamos análises de sensibilidade para as principais premissas das Projeções, para avaliar os resultados em diferentes cenários possíveis.

Com relação ao reperfilamento da dívida, nossos procedimentos de auditoria incluíram, dentre outros, exame dos contratos de renegociação da dívida, avaliação, com o envolvimento de nossos especialistas em instrumentos financeiros, do tratamento contábil adotado pela Companhia que contabilizou esta renegociação como uma “extinção” de dívida, para registro e recálculo dos valores relevantes envolvidos na transação, avaliação do cumprimento das cláusulas restritivas, bem como confirmação de saldos junto aos credores.

Por fim, consideramos que as divulgações efetuadas pela administração nas notas explicativas estão consistentes com as informações e dados obtidos.

Notas Explicativas



Santo Antônio Energia S.A.

Porque é um PAA

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Dispêndios reembolsáveis (Nota 8 às demonstrações financeiras)

A Companhia tem registrado contabilmente como “dispêndios reembolsáveis”, o valor de R\$ 954.388 mil (líquido de provisão para crédito de liquidação duvidosa no valor de R\$ 678.551 mil) em 31 de dezembro de 2018, referente ao direito contratual de ressarcimento, junto ao Consórcio Construtor Santo Antônio, de perdas incorridas pelo atraso na antecipação da entrada em operação comercial da Usina Hidrelétrica Santo Antônio, prevista para dezembro de 2011, mas que ocorreu em março de 2012. As partes vêm discutindo a cobrança desse ressarcimento ao longo dos últimos anos. Atualmente, o processo encontra-se em procedimento arbitral com o intuito de dirimir dúvidas quanto a utilização do limitador contratual aplicado pela Companhia na mensuração do valor dos dispêndios reembolsáveis.

Mantivemos esta área como foco em nossa auditoria, pois a mensuração dos dispêndios reembolsáveis envolveu julgamentos relevantes por parte da administração da Companhia.

Entre outros, efetuamos os seguintes principais procedimentos de auditoria:

Obtivemos entendimento do desenho dos controles internos para identificação, avaliação, monitoramento, mensuração, registro e divulgação da estimativa de ressarcimento dos gastos.

Inspecionamos o relatório de asseguarção do cálculo do ressarcimento dos dispêndios reembolsáveis, emitido por especialistas externos contratados pela administração, para a data-base de 31 de dezembro de 2018, e confrontamos as principais premissas utilizadas para o cálculo com o Contrato para Implementação da UHE Santo Antônio e seus aditivos e com o Contrato de Concessão e seus aditivos.

Avaliamos a razoabilidade das premissas utilizadas, bem como a competência técnica dos especialistas externos contratados pela Companhia.

Obtivemos confirmação das posições dos assessores jurídicos externos sobre a validade da cobrança do ressarcimento nos termos do contrato firmado entre a Companhia e o consórcio.

Testamos o cálculo dos valores relacionados ao ativo, inclusive de atualização monetária, em 31 de dezembro de 2018.

Consideramos que as premissas utilizadas pela administração para a determinação e mensuração dos dispêndios reembolsáveis pelo atraso da entrada em operação da Usina são razoáveis, suportadas por posições de consultores jurídicos e que as divulgações são consistentes com dados e informações obtidos.

Notas Explicativas



Santo Antônio Energia S.A.

Porque é um PAA
Realização do imposto de renda e contribuição social diferidos (Nota 9 às demonstrações financeiras)

Em 31 de dezembro de 2018, a Companhia possui registrado R\$ 505.572 mil de imposto de renda e contribuição social diferidos, substancialmente oriundos de diferenças temporárias e de prejuízos fiscais e bases negativas da contribuição social. Esses créditos foram registrados na medida em que a administração considera que gerará lucros tributáveis futuros suficientes para a sua utilização, bem como estão limitados aos valores apurados nas projeções até o período de 10 anos.

Consideramos essa uma área de foco de auditoria, pois a análise de realização destes ativos envolve julgamentos importantes e subjetivos para determinar as bases tributárias futuras, advindas das projeções de resultado da Companhia, que levam em consideração diversas premissas, dentre as quais, a capacidade de geração de energia no futuro (impactada por riscos hidrológicos), o preço contratado e corrigido dessa energia, além de premissas de custo operacionais e financeiros da Companhia.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Como resposta de auditoria, efetuamos os seguintes principais procedimentos:

Obtivemos entendimento do processo de revisão do plano de negócios que é utilizado para a análise da realização do imposto de renda e contribuição social diferidos.

Envolvemos nossos especialistas em temas tributários, assim como em avaliação de empresas, para nos auxiliar nos testes dos cálculos dos créditos e em relação aos modelos e premissas críticas utilizados pela administração. Comparamos essas premissas com informações macroeconômicas divulgadas no mercado, bem como comparamos as informações dessas projeções com orçamentos submetidas ao Conselho de Administração da Companhia.

Analisamos a razoabilidade do prazo de utilização dos prejuízos acumulados ao longo dos exercícios futuros, bem como discutimos as premissas utilizadas pela administração nas suas projeções. Testamos a coerência lógica e aritmética dos cálculos apresentados nas projeções, efetuamos testes de sensibilidade para as principais premissas das projeções.

Adicionalmente, analisamos a consistência dessas estimativas de realização em relação aos utilizados nos exercícios anteriores e efetuamos leitura das divulgações em notas explicativas.

Consideramos que os critérios e premissas adotados pela administração da Companhia para a determinação dos créditos tributários, bem como as divulgações efetuadas, são razoáveis, em todos os aspectos relevantes, no contexto das demonstrações financeiras.

Notas Explicativas



Santo Antônio Energia S.A.

Porque é um PAA

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Investigações e medidas legais que envolvem acionistas indiretos da Companhia (Nota 28 às demonstrações financeiras)

Como é de conhecimento público, estão em andamento, desde 2014, investigações conduzidas pela Polícia Federal, no âmbito da denominada Operação Lava Jato, entre outras operações, que têm por objeto, principalmente, práticas relacionadas à corrupção e à lavagem de dinheiro. Essas investigações e medidas judiciais envolvem empresas, executivos e ex-executivos, empregados e ex-empregados de empresas, incluindo algumas pertencentes aos grupos econômicos de acionistas da Controladora, portanto, acionistas indiretos da Companhia, e que resultaram em ações penais propostas pelo Ministério Público Federal. Em maio de 2017, foram tornadas públicas pelo Supremo Tribunal Federal, as delações e colaborações de empresas pertencentes aos grupos econômicos de acionistas indiretos da Companhia que eram membros do Consórcio Construtor Santo Antônio ("CCSA"). Estas delações e colaborações apontam dados que sugerem pagamentos por vantagens indevidas atribuídas ao CCSA e a determinados acionistas indiretos da Santo Antônio Energia S.A.

Esse assunto foi considerado como um dos principais assuntos de auditoria em virtude dos julgamentos relevantes e das incertezas e limitações inerentes, particularmente significativas em assuntos dessa natureza, inclusive na determinação de eventual impacto na Companhia.

Os procedimentos de auditoria por nós aplicados incluíram, entre outros, os descritos a seguir, com o apoio de nossos especialistas em investigações forenses, conforme aplicável.

Realizamos reuniões e discussões, para entendimento das principais respostas da administração e dos órgãos de governança em relação às alegações. As reuniões foram realizadas com o Conselho de Administração, Conselho Fiscal, Comissão de Investigação Independente constituída e membros da administração, incluindo a área de Compliance.

Obtivemos relatório emitido no início de 2019 pelo escritório jurídico externo contratado pela administração para efetuar uma investigação independente, efetuamos a leitura desse documento a fim de observar suas conclusões finais, bem como e efetuamos procedimentos, em base de testes, incluindo a revisão de (a) memorandos de entrevistas relevantes, (b) testes efetuados de transações de alto risco, e (c) procedimentos executados de busca por documentos suspeitos.

Consideramos que a divulgação na Nota 28 em relação a esse assunto está consistente com as informações e representações obtidas.

Notas Explicativas



Santo Antônio Energia S.A.

Outros assuntos

Demonstração do Valor Adicionado

A Demonstração do Valor Adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentada como informação suplementar para fins de IFRS, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - "Demonstração do Valor Adicionado". Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e é consistente em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Notas Explicativas



Santo Antônio Energia S.A.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Notas Explicativas



Santo Antônio Energia S.A.

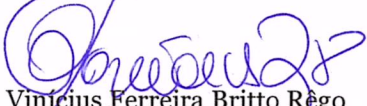
Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Salvador, 21 de fevereiro de 2019


PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes
CRC 2SP000160/O-5


Vinicius Ferreira Britto Rêgo
Contador CRC 1BA024501/O-9

Santo Antônio Energia S.A.

Balanços patrimoniais Em milhares de reais

Ativo	Nota	31 de dezembro de 2018	31 de dezembro de 2017	Passivo e patrimônio líquido	Nota	31 de dezembro de 2018	31 de dezembro de 2017
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	66.174	54.403	Fornecedores	12	506.231	202.500
Contas a receber	5	327.611	319.729	Obrigações estimadas com pessoal		18.121	2.765
Imposto de renda e contribuição social a recuperar		19.213	23.025	Empréstimos e financiamentos	13.1	53.259	689.586
Tributos compensáveis		3.735	6.864	Debêntures	13.2	115.919	10.782
Estoques		63.575	59.478	Impostos e contribuições	14	71.859	121.143
Depósitos em garantia	6	74.141	26.252	Adiantamentos de clientes	15	286.370	126.150
Despesas pagas antecipadamente	7	39.264	43.325	Encargos regulamentares e setoriais		62.506	60.228
Outros ativos		22.034	23.539	Concessões a pagar	16	21.985	21.229
		<u>615.747</u>	<u>556.615</u>	Provisões socioambientais	17	93.640	50.018
				Cauções em garantia	18	17.561	3.433
				Outros passivos		29.212	23.938
						<u>1.276.663</u>	<u>1.311.772</u>
Não circulante				Não circulante			
				Fornecedores	12	409.278	
Tributos compensáveis		578	1.004	Empréstimos e financiamentos	13.1	10.219.548	10.041.365
Depósitos em garantia	6	53.359	280.233	Debêntures	13.2	4.576.426	4.310.599
Dispêndios reembolsáveis	8	954.388	887.747	Impostos e contribuições	14	74.570	9.115
Imposto de renda e contribuição social diferidos	9	505.571	627.181	Adiantamentos de clientes	15	80.283	
Despesas pagas antecipadamente	7	151.573	186.968	Concessões a pagar	16	251.299	244.260
Outros ativos			1	Obrigações vinculadas à concessão		5.431	7.133
		<u>1.665.469</u>	<u>1.983.134</u>	Provisões socioambientais	17	264.632	346.991
				Cauções em garantia	18	409.821	354.887
				Provisão para contingências	19	45.531	711.192
				Outras provisões	20	557.284	518.225
						<u>16.894.103</u>	<u>16.543.767</u>
Imobilizado	10	19.907.887	20.691.509	Patrimônio líquido	21		
Intangível	11	<u>175.333</u>	<u>185.742</u>	Capital social		9.664.356	9.348.150
		<u>21.748.689</u>	<u>22.860.385</u>	Prejuízos acumulados		(5.470.686)	(3.786.689)
						<u>4.193.670</u>	<u>5.561.461</u>
Total do ativo		<u>22.364.436</u>	<u>23.417.000</u>	Total do passivo e do patrimônio líquido		<u>22.364.436</u>	<u>23.417.000</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas Explicativas**Santo Antônio Energia S.A.****Demonstrações dos resultados****Exercícios findos em 31 de dezembro****Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**

	Nota	2018	2017
Receita operacional líquida	23	3.005.553	2.971.019
Receita líquida de venda de energia		3.005.553	2.971.019
Custos do serviço de energia elétrica	24 (a)	(2.660.695)	(1.829.329)
Custo com venda de energia elétrica		(1.486.198)	(1.422.571)
Custo de operação		(1.174.497)	(1.085.309)
Compartilhamento de custos relacionados ao cronograma de antecipação (Reversão Impairment)			678.551
Lucro operacional bruto		344.858	1.141.690
Despesas gerais e administrativas	24 (b)	(194.958)	(137.666)
Outras receitas		371	262
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	8		(678.551)
Resultado operacional		150.271	325.735
Receitas financeiras	25	127.724	90.383
Despesas financeiras	25	(1.840.382)	(1.530.376)
Despesas financeiras, líquidas		(1.712.658)	(1.439.993)
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social		(1.562.387)	(1.114.258)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	9	(121.610)	39.020
Prejuízo do exercício		(1.683.997)	(1.075.238)
Prejuízo básico e diluído por lote de mil ações ordinárias (em reais)	22	(174,91)	(112,75)

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas Explicativas**Santo Antônio Energia S.A.****Demonstrações dos resultados abrangentes**
Exercícios findos em 31 de dezembro
Em milhares de reais

	2018	2017
Resultado líquido do exercício	<u>(1.683.997)</u>	<u>(1.075.238)</u>
Resultado abrangente do exercício	<u>(1.683.997)</u>	<u>(1.075.238)</u>
Resultado abrangente do exercício atribuível aos acionistas da Controladora	<u>(1.683.997)</u>	<u>(1.075.238)</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas Explicativas**Santo Antônio Energia S.A.****Demonstrações das mutações do patrimônio líquido**
Em milhares de reais

	Nota	Capital social		Prejuízos acumulados	Total
		Subscrito	A integralizar		
Em 01 de janeiro de 2017		9.522.870	(174.720)	(2.711.451)	6.636.699
Total do resultado abrangente do exercício				(1.075.238)	(1.075.238)
Prejuízo do exercício				(1.075.238)	(1.075.238)
Total do resultado abrangente do exercício				(1.075.238)	(1.075.238)
Em 31 de dezembro de 2017	21	<u>9.522.870</u>	<u>(174.720)</u>	<u>(3.786.689)</u>	<u>5.561.461</u>
Em 01 de janeiro de 2018	21	9.522.870	(174.720)	(3.786.689)	5.561.461
Total do resultado abrangente do exercício				(1.683.997)	(1.683.997)
Prejuízo do exercício				(1.683.997)	(1.683.997)
Total do resultado abrangente do exercício				(1.683.997)	(1.683.997)
Total de contribuições de acionistas					
Aumento de capital em 03.10.2018	21(i)		85.000		85.000
Aumento de capital em 04.10.2018	21(i)	34.900	89.720		124.620
Aumento de capital em 08.10.2018	21(i)	51.388			51.388
Aumento de capital em 06.12.2018	21(i)	55.198			55.198
Total de contribuições de acionistas		<u>141.486</u>	<u>174.720</u>		<u>316.206</u>
Em 31 de dezembro de 2018	21	<u>9.664.356</u>		<u>(5.470.686)</u>	<u>4.193.670</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas Explicativas

Santo Antônio Energia S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa
Exercícios findos em 31 de dezembro
Em milhares de reais

	Nota	2018	2017
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Prejuízo do exercício antes do IR e da CS		(1.562.388)	(1.114.258)
Ajustes			
Juros e variações monetárias, líquidas		1.521.854	1.494.342
Energia elétrica comprada para revenda		682.437	85.115
Encargo de uso da rede		3.729	97.229
Depreciações e amortizações		858.297	809.648
Perda com Baixa imobilizado		12.112	27.214
Baixa Intangível		16	12
Provisão contingências		(665.661)	125.637
		<u>850.396</u>	<u>1.524.939</u>
Variação nos ativos e passivos			
Contas a receber		(7.882)	12.823
Outros ativos		5.274	(8.512)
Imposto de renda e contribuição social a recuperar		4.715	12.323
Dispêndios reembolsáveis			48.286
Despesas pagas antecipadamente		39.456	45.109
Tributos compensáveis		3.556	(5.469)
Fornecedores		26.843	(346.041)
Salários e encargos a pagar		15.356	146
Obrigações vinculadas à concessão - P&D		(2.741)	8.517
Impostos e contribuições		7.995	47.060
Adiantamento de clientes		240.503	126.150
Encargos regulamentares e setoriais		1.980	250
Outros passivos		37.542	14.761
Provisões socioambientais		<u>(32.121)</u>	<u>(92)</u>
		<u>1.190.872</u>	<u>1.480.250</u>
Pagamento de juros e encargos sobre debêntures		(98.292)	(105.604)
Pagamento de juros de empréstimos e financiamentos	13.1 (c)	(837.928)	(797.093)
Pagamento de uso do bem público	16	<u>(21.987)</u>	<u>(21.283)</u>
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		<u>232.665</u>	<u>556.270</u>
Fluxos de caixa das atividades de investimentos			
Depósitos em garantia	6	178.985	48.843
Adições ao imobilizado	10	(116.337)	(45.552)
Adições ao intangível	11	<u>(191)</u>	<u>(688)</u>
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos		<u>62.457</u>	<u>2.603</u>
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos			
Aumento de capital do acionista		316.206	
Pagamento de debêntures - principal	13.2 (d)		(23.100)
Pagamento de financiamentos - Principal	13.1 (c)	<u>(599.557)</u>	<u>(538.610)</u>
Caixa líquido aplicados pelas atividades de financiamentos		<u>(283.351)</u>	<u>(561.710)</u>
Aumento (Redução) de caixa e equivalentes de caixa, líquido		<u>11.771</u>	<u>(2.837)</u>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	4	<u>54.403</u>	<u>57.240</u>
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	4	<u>66.174</u>	<u>54.403</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas Explicativas**Santo Antônio Energia S.A.****Demonstrações do valor adicionado
Exercícios findos em 31 de dezembro
Em milhares de reais**

	2018	2017
Receitas	<u>3.471.767</u>	<u>3.436.762</u>
Receitas operacionais	3.471.396	3.436.478
Outras receitas	371	284
Insumos adquiridos de terceiros	<u>(2.008.173)</u>	<u>(1.786.675)</u>
Serviços de terceiros	(1.161.862)	(1.130.000)
Materiais	(554.136)	(479.740)
Outros	(292.175)	(176.935)
Valor adicionado bruto	<u>1.463.594</u>	<u>1.650.087</u>
Depreciação, amortização	<u>(856.595)</u>	<u>(809.648)</u>
Valor adicionado líquido produzido pela entidade	<u>606.999</u>	<u>840.439</u>
Valor adicionado recebido em transferência		
Receitas financeiras, líquidas	<u>127.724</u>	<u>90.383</u>
Valor adicionado total a distribuir	<u>734.723</u>	<u>930.822</u>
Distribuição do valor adicionado	<u>734.723</u>	<u>930.822</u>
Salários e encargos	<u>105.610</u>	<u>84.453</u>
Remuneração direta	83.254	62.586
Benefícios	16.864	17.194
FGTS	5.492	4.673
Impostos, taxas e contribuições	<u>522.220</u>	<u>398.720</u>
Federais	305.050	182.486
Estaduais	216.963	216.008
Municipais	207	226
Remuneração de capitais de terceiros	<u>1.790.890</u>	<u>1.522.887</u>
Juros	1.788.182	1.519.356
Aluguéis	2.708	3.531
Remuneração de capital próprio	<u>(1.683.997)</u>	<u>(1.075.238)</u>
Prejuízo do exercício	(1.683.997)	(1.075.238)

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas Explicativas

Santo Antônio Energia S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

1 Informações gerais

A Santo Antônio Energia S.A. (“Companhia” ou “SAE”) é uma sociedade anônima de capital aberto, “Categoria B”, nos termos da Instrução CVM 480, constituída em 17 de janeiro de 2008, com sede no município de São Paulo, Avenida Doutora Ruth Cardoso, 4777, 6º andar sala 1, CEP 05477-000 e tem por objetivo o desenvolvimento do projeto de implementação da Usina Hidrelétrica Santo Antônio e de seu sistema de transmissão, em trecho do Rio Madeira, município de Porto Velho, estado de Rondônia, assim como a condução de todas as atividades necessárias à construção, operação, manutenção e exploração da referida hidrelétrica e de seu sistema de transmissão associado.

O prazo de duração do Contrato de Concessão é de 35 anos, contados a partir da data de sua assinatura ocorrida em 13 de junho de 2008.

(a) Capacidade de geração

A Usina Hidrelétrica (“UHE”) Santo Antônio tem capacidade instalada de 3.568 MW, com 50 unidades geradoras do tipo “bulbo” que operam em rios de baixa queda e grande vazão de água.

Em 26 de julho de 2017, o Ministério de Minas e Energia divulgou a Portaria no 222 de 24 de julho de 2017, reduzindo parcial e temporariamente a garantia física da ampliação da UHE Santo Antônio em 96,1 MW médios, por força da condição operativa estabelecida pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e do Recursos Naturais Renováveis - IBAMA, que autorizou a operação do reservatório na cota 71,3 m para vazões de até 24.000 m³/s, até que sejam desafetadas as áreas de unidades de conservação ambiental. Essa redução não afetou a energia comercializada pela Companhia.

Em 11 de abril de 2018, a Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia aprovou o Projeto de Lei Complementar nº 102/2016, apresentado pelo Governo do Estado de Rondônia para liberação das áreas de 03 (três) Unidades de Conservação Estaduais. Com base neste fato, o IBAMA publicou em 30/05/2018 a Autorização Especial nº 15/2018, autorizando a Santo Antônio Energia a operar o reservatório da UHE Santo Antônio seguindo a seguinte regra operativa:

- Operação na cota 71,3m, para vazões afluentes ao reservatório de até 34.000 m³/s;
- Operação na cota 70,5m, para vazões afluentes ao reservatório acima de 34.000 m³/s.

Em razão dessa nova condição operativa, o Ministério de Minas e Energia publicou a Portaria nº 155 de 11 de julho de 2018, restabelecendo a Garantia Física da usina em 57 MW médios, totalizando então 2.385,1 MW médios.

Em 31 de dezembro de 2018, a UHE Santo Antônio possui 50 unidades geradoras em operação comercial, totalizando 2.385,1 MW médios de garantia física (já considerada a redução acima referida).

(b) Comercialização de energia elétrica

A energia elétrica produzida é comercializada pela Companhia, na condição de “Produtor Independente”, nos termos estabelecidos pelo Contrato de Concessão.

Notas Explicativas

Santo Antônio Energia S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Em cumprimento ao edital de leilão nº 05/2007 da UHE Santo Antônio, que prevê a comercialização de 70% (1.552,6 MW médios) da energia assegurada do projeto original da UHE Santo Antônio (2.218 MW médios) no Ambiente de Contratação Regulada – ACR, em 25 e 28 de julho de 2008, foram assinados, por intermédio da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE, os Contratos de Comercialização de Energia Elétrica no Ambiente Regulado - CCEARs, com as 32 compradoras participantes do Leilão nº 05/2007 - ANEEL.

O saldo de 30% da energia assegurada do projeto original (665,4 MW médios) foi comercializado na modalidade de Contratos de Comercialização de Energia Elétrica no Ambiente Livre – CCEALs.

A Energia referente à ampliação da UHE Santo Antonio (206,2 MW médios) foi comercializada através do 19º leilão de energia A-3 realizado em 6 de junho de 2014, no qual a Companhia vendeu 129,6 MW médios de energia líquidos de perda. Os 70 MW médios restantes foram comercializados na modalidade de Contratos de Comercialização de Energia Elétrica no Ambiente Livre – CCEALs.

Em dezembro de 2017 a Companhia realizou a desconstrução de 287,86 MW médios para o ano de 2018, via Resolução ANEEL Nº 711/16, visando a proteção do risco hidrológico.

(c) Créditos de carbono

Em 2013, a Companhia obteve autorização para o registro na Organização das Nações Unidas (“ONU”) para participar do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (“MDL”). Com o aval da ONU, a UHE Santo Antônio foi a primeira usina de grande porte em operação comercial no Brasil a gerar efetivamente créditos de carbono para o mercado global. De acordo com a metodologia do MDL, o volume de créditos equivale à quantidade de gases de efeito estufa não emitidos na atmosfera, ampliando a oferta de energia gerada de fonte limpa e renovável.

A UHE Santo Antônio com a operação na cota tem uma relação de potência nominal instalada/área de reservatório de 8,88 W/m², que é o dobro da eficiência energética mínima para gerar créditos de carbono (4 W/m²), graças ao uso de turbinas do tipo “bulbo”, responsável por gerar energia utilizando a vazão do rio, dispensando a formação de um grande reservatório.

A Companhia reconhece o crédito de carbono quando se realiza a venda.

(d) Programa de Compliance da Companhia

No que se refere à Lei 12.846/13, desde 2017 a Companhia possui uma Área de Compliance que estabeleceu um Programa de Integridade que além de outras atividades desenvolveu um conjunto de mecanismos e procedimentos de controles internos que tem como um de seus objetivos detectar, evitar e mitigar irregularidades praticadas contra si ou contra terceiros, a fim de manter os registros financeiros corretos e fidedignos.

Dentre as atribuições da Área de Compliance está a orientação e apoio às áreas internas em questões relacionadas ao seu Código de Ética e Conduta e Manual Anticorrupção, bem como promover o adequado desenvolvimento das atividades do Programa de Integridade dentro da Companhia. Para isso atividades de treinamento, revisão e mapeamento de riscos foram executadas com sucesso em 2018, promovendo uma melhora contínua nos controles e adequação às melhores práticas do mercado.

Com o objetivo de aprimorar suas práticas de governança e de integridade, a Companhia também conta com uma área de Governança Corporativa ligada à Presidência, promove o adequado acompanhamento de sua governança e a institucionalização de suas práticas de conduta.

Notas Explicativas

Santo Antônio Energia S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(e) Aprovação das demonstrações financeiras

As presentes demonstrações financeiras foram examinadas pelo Conselho Fiscal e aprovadas pelo Conselho de Administração da Companhia em 21 de fevereiro de 2019.

2 Resumo das principais políticas contábeis

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas a seguir. Essas políticas vêm sendo aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados, salvo disposição em contrário.

As políticas contábeis específicas de rubricas apresentadas no balanço patrimonial, demonstração de resultado do exercício, demonstração das mutações do patrimônio líquido e demonstração dos fluxos de caixa estão sendo apresentadas em suas respectivas notas explicativas.

2.1 Base de preparação

As demonstrações financeiras foram preparadas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs) e conforme as normas internacionais de relatório financeiro (*International Financial Reporting Standards (IFRS)*), emitidas pelo “*International Accounting Standards Board (IASB)*”. Adicionalmente, foram considerados aspectos da legislação específica emanada pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, principalmente em relação à estruturação das contas contábeis e forma de registro dos eventos, visando à uniformização das práticas com outras companhias do setor elétrico e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão.

A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado (DVA) é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a companhias abertas. As IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência, pelas IFRS, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações financeiras.

2.1.1 Alterações adotadas pela Companhia.

As seguintes normas foram adotadas pela primeira vez para o exercício iniciado em 1º de janeiro de 2018 e tiveram impactos materiais para o Grupo:

a) CPC 48/IFRS 9

IFRS 9/CPC 48 - "Instrumentos Financeiros", aborda a classificação, a mensuração e o reconhecimento de ativos e passivos financeiros e substitui a orientação no IAS 39/CPC 38, que diz respeito à classificação e à mensuração de instrumentos financeiros. As principais alterações que o IFRS 9 traz são: (i) novos critérios de classificação de ativos financeiros; (ii) novo modelo de impairment para ativos financeiros, híbrido de perdas esperadas e incorridas (doravante denominado modelo de perdas esperadas), em substituição ao modelo atual de perdas incorridas; e (iii) flexibilização das exigências para adoção da contabilidade de hedge.

A Companhia concluiu a avaliação dos impactos da adoção da IFRS 9/CPC 48 em suas demonstrações contábeis, conforme detalhado a seguir:

Notas Explicativas

Santo Antônio Energia S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Ativo Financeiro	Santo Antônio Energia S.A.	Teste SPPI	Efeito Impairment	Classificação CPC 38	Classificação CPC 48
Caixa e equivalentes de caixa	Valor justo por meio do resultado	N/A	N/A	Empréstimos e Recebíveis	Valor justo por meio do resultado
Contas a receber Clientes	Custo Amortizado	Sim	As geradoras vendem em ACR a um conjunto de distribuidoras e em mercado de CP, a PLD. Normalmente têm um PMR de aproximadamente 45 dias. Foi também apurado que existem garantias prestadas pelas distribuidoras, apesar de por vezes serem insuficientes para cobrir a totalidade da exposição ao risco de incumprimento. A determinação do modelo de perdas esperadas nas empresas de geração não foram relevante, considerando os seguintes pontos: (i) funcionamentos das garantias prestadas pelas distribuidoras/clientes e nível de cobertura de risco das mesmas; (ii) possibilidade de justificar que as garantias dadas pelo setor/SIN cobrem a totalidade do risco de incumprimento pelas distribuidoras, o que, complementada pelo fato de não existir qualquer histórico de inadimplência, justificaria como adequada uma análise de risco zero ou próximo de zero (posição atual do setor).	Empréstimos e Recebíveis	Custo Amortizado
Depósitos em garantia	Valor justo por meio do resultado	N/A	N/A	Empréstimos e Recebíveis	Valor justo por meio do resultado
Despêndios reembolsáveis	Valor justo por meio do resultado	N/A	N/A	Empréstimos e Recebíveis	Valor justo por meio do resultado
Fornecedores	Custo Amortizado	N/A	N/A	Outros passivos financeiros	Outros passivos financeiros
Adiantamento de Clientes	Custo Amortizado	N/A	N/A	Outros passivos financeiros	Outros passivos financeiros
Cauções e Garantias	Custo Amortizado	N/A	N/A	Outros passivos financeiros	Outros passivos financeiros
Outras Provisões	Custo Amortizado	N/A	N/A	Outros passivos financeiros	Outros passivos financeiros
Empréstimos, Financiamentos	Custo Amortizado	N/A	N/A	Outros passivos financeiros	Outros passivos financeiros
Debêntures	Custo Amortizado	N/A	N/A	Outros passivos financeiros	Outros passivos financeiros

A Companhia Avaliou seus históricos de recebimentos e identificou que não está exposta a um elevado risco de crédito, uma vez que eventuais saldo vencidos e não recebidos são mitigados por contratos de garantias financeiras assinados na contratação dos leilões de energia ou na formalização de contratos bilaterais. Ademais, os montantes a receber de energia de curto prazo são administrados pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE) que por sua vez, controla a inadimplência entre participantes setoriais com base em regulamentações emitidas pelo Poder Concedente, diminuindo o risco de crédito nas transações realizadas. Portanto, após as devidas análises, a Controlada não identificou a necessidade de constituição de eventuais perdas esperadas, uma vez que as mesmas mostram-se imateriais e controláveis.

b) CPC 47/IFRS 15

IFRS 15/CPC 47 - "Receita de Contratos com Clientes", essa nova norma traz os princípios que uma entidade aplicará para determinar a mensuração da receita e quando ela é reconhecida. Essa norma baseia-se no princípio de que a receita é reconhecida quando o controle de um bem ou serviço é transferido a um cliente, assim, o princípio de controle substituirá o princípio de riscos e benefícios. Ela substitui o IAS 11/CPC 17 - "Contratos de Construção", IAS 18/CPC 30 - "Receitas" e correspondentes interpretações.

Notas Explicativas

Santo Antônio Energia S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2018 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A administração da Companhia avaliou as características indicadas pela nova norma e concluiu que os processos existentes contemplam os requisitos que devem ser percorridos para a implantação das novas normas, logo não há impactos relevantes nos registros já feitos a respeito da aplicação do CPC 47.

Requisitos	Procedimento anterior	Adequação necessária
(i) Identificação do contrato com o cliente	(a) – Quando as partes do contrato aprovarem o contrato e estiverem comprometidas em cumprir suas respectivas obrigações: As concessionárias possuem o direito legal de explorar, mediante concessão para exploração da infraestrutura e da prestação de serviços públicos e de obras, de serviços públicos, abrangendo a execução dos serviços de recuperação, manutenção, monitoração, conservação, operação, ampliação, melhorias, e exploração de geração de energia elétrica concedidos pela ANEEL. (b) – Quando a entidade puder identificar os direitos de cada parte em relação aos bens ou serviços a serem transferidos: Neste caso, o direito do cliente é usufruir dos benefícios de manutenção, construção, recuperação e melhorias implementadas pelo concessionário. (c) - Quando a entidade puder identificar os termos de pagamento para os bens ou serviços a serem transferidos: Os termos de pagamento são determinados pelo poder concedente e existem garantias para que os pagamentos ocorram. (d) - Quando o contrato possuir substância comercial: O cliente se beneficia dos serviços prestados pela concessionária e a remunera por estes serviços, bem como, o valor pago à concessionária compreende o efetivamente contratado. (e) - Quando for provável que a entidade receberá a contraprestação à qual terá direito em troca dos bens ou serviços que serão transferidos ao cliente: As concessionárias possuem alta taxa de recebimento pelos serviços prestados. As glosas não são reconhecidas na receita das concessionárias. Desta forma não resultando em impacto pela CPC 47.	Nenhuma
(ii) Identificação das obrigações de desempenho do contrato	A obrigação de desempenho da concessionária se caracteriza de acordo com o item 26 (e) do CPC 47: "prestação de serviço que consiste em estar pronta para fornecer bens ou serviços, ou disponibilização de bens ou serviços ao cliente a serem usados à medida que e quando o cliente decidir". A Companhia entende que a obrigação de desempenho é satisfeita e o "controle" dos serviços prometidos ao cliente é satisfeito quando o cliente recebe a geração de energia.	Nenhuma
(iii) Determinar o preço da transação	O preço da transação é determinado em contrato	Nenhuma
(iv) Alocação do preço da transação	Há apenas um serviço e um preço somente a ser cobrado do cliente de acordo com contrato	Nenhuma
(v) Reconhecimento da receita	A receita deve ser reconhecida no momento em que o cliente recebe a energia, uma vez que naquele momento o cliente se beneficiou do uso da energia e a contraprestação é devida independentemente da forma de cobrança	Nenhuma

2.1.2 Mudanças nas políticas contábeis e divulgações

A seguinte nova norma foi emitida pelo IASB mas não está em vigor para o exercício de 2018. A adoção antecipada de normas, embora encorajada pelo IASB, não é permitida, no Brasil, pelo Comitê de Pronunciamento Contábeis (CPC).

. IFRS 16 - "Operações de Arrendamento Mercantil": com essa nova norma, os arrendatários passam a ter que reconhecer o passivo dos pagamentos futuros e o direito de uso do ativo arrendado para praticamente todos os contratos de arrendamento mercantil, incluindo os operacionais, podendo ficar fora do escopo dessa nova norma determinados contratos de curto prazo ou de pequenos montantes. Os critérios de reconhecimento e mensuração dos arrendamentos nas demonstrações financeiras dos arrendadores ficam substancialmente mantidos. O IFRS 16 entra em vigor para exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2019 e substitui o IAS 17/CPC 06 - "Operações de Arrendamento Mercantil" e correspondentes interpretações.

A Companhia contratou uma consultoria que revisou todos os contratos de arrendamento referente ao último ano em face das novas regras contábeis de arrendamento no IFRS 16.

Notas Explicativas

Santo Antônio Energia S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Até agora, o impacto mais significativo identificado é que a Companhia reconhecerá novos ativos e passivos por seus arrendamentos operacionais referente ao aluguel de imóvel. A Controlada espera reconhecer ativos de direito de uso de aproximadamente R\$ 1.631 em 10 de janeiro de 2019, passivos de arrendamento de R\$ 1.631.

A Companhia estima que o lucro líquido após os impostos irá diminuir, aproximadamente, em R\$ 352 em 2019, como resultado da adoção das novas regras. Espera-se que o EBITDA ajustado utilizado para mensurar os resultados de segmentos aumente em aproximadamente R\$ 836, já que os pagamentos dos arrendamentos operacionais foram incluídos no EBITDA, mas a amortização dos ativos de direito de uso e os juros sobre o passivo de arrendamento são excluídos dessa medida.

Os fluxos de caixa operacionais irão aumentar e os fluxos de caixa de financiamento irão diminuir aproximadamente R\$ 836, pois a amortização da parcela do principal dos passivos de arrendamento será classificada como fluxos de caixa de atividades de financiamento.

A Companhia pretende aplicar a abordagem de transição simplificada e não irá reapresentar os valores comparativos para o ano anterior à primeira adoção. Ativos de direito de uso relativos a arrendamentos de propriedades serão mensurados na transição como se as novas regras sempre tivessem sido aplicadas. Todos os outros ativos de direito de uso serão mensurados ao valor do passivo de arrendamento no momento da adoção (ajustado em relação a quaisquer despesas de arrendamento pagas antecipadamente ou acumuladas).

Não há outras normas IFRS ou interpretações IFRIC que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre as demonstrações financeiras.

2.2 Ativos financeiros - Classificação, reconhecimento e mensuração

A Companhia classifica seus instrumentos financeiros sob a categoria empréstimos e recebíveis. A classificação depende da finalidade para a qual os instrumentos financeiros foram adquiridos. A Administração determina a classificação de seus instrumentos financeiros no reconhecimento inicial. Os empréstimos e recebíveis são contabilizados inicialmente pelos seus valores justos e subsequentemente pelo custo amortizado, usando o método da taxa de juros efetiva.

2.3 Perda (*Impairment*) de ativos não financeiros

Os ativos que estão sujeitos à depreciação são revisados para a verificação de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por *impairment* é reconhecida quando o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável, o qual representa o maior valor entre o valor justo de um ativo menos seus custos de venda e o seu valor em uso. Para fins de avaliação do *impairment*, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa (UGC)). Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e de 2017, não foram identificadas pela Administração indicadores que pudessem requerer o registro de perdas para os ativos não financeiros.

2.4 Estimativas e julgamentos contábeis críticos

A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis.

Notas Explicativas

Santo Antônio Energia S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

Com base em premissas, a Companhia faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais.

As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos no atual exercício social, estão relacionadas ao imposto de renda e contribuição social diferidos ativos (Nota 09), vida útil econômica de bens do ativo imobilizado (Nota 10), Provisões socioambientais (Nota 17) e Provisões para contingências (Nota 19).

2.4.1 Capital circulante líquido - CCL negativo

Em 31 de dezembro de 2018, a Companhia apresentava excesso de passivos circulantes sobre ativos circulantes no montante de R\$ 660.916, decorrente, principalmente, da conta “Fornecedores” (Nota 12) onde esta incluso o parcelamento do FID II e FID III, “Adiantamento de Clientes” (Nota 15), e “Debêntures” (Nota 13.2).

Estruturalmente as Hidrelétricas constituídas sob o formato de Project Finance, com elevado índice de alavancagem financeira, apesar de apresentarem capital circulante líquido negativo nos primeiros anos, contam com contratos firmes de vendas de energia de longo prazo como suporte e garantia de pagamento de suas dívidas. Dessa forma, para a equalização do capital circulante negativo a Companhia, além de contar com contratos de venda de longo prazo que garantem uma regularidade da sua geração operacional de caixa, conta ainda com os impactos positivos decorrentes do reperfilamento de sua dívida contratado em 14/12/2018 (Nota 13), que ajustou o fluxo de pagamento das dívidas à real capacidade de geração recorrente de caixa da Companhia, de modo que não fique dependente de aportes adicionais dos acionistas, muito embora disponha de instrumentos para este fim, sob o formato de Equity Support Agreements.

3 Instrumentos financeiros e gestão de riscos

(a) Considerações gerais

A Companhia opera com diversos instrumentos financeiros, incluindo caixa e equivalentes de caixa, investimentos, contas a pagar a fornecedores e financiamentos.

Os instrumentos financeiros operados pela Companhia têm como objetivo administrar a disponibilidade financeira de suas operações e proteger dos efeitos de variações das flutuações das taxas de juros.

A Administração dos riscos envolvidos nessas operações é efetuada através de mecanismos do mercado financeiro que buscam minimizar a exposição dos ativos e passivos, protegendo a rentabilidade dos contratos e o patrimônio da Companhia.

Notas Explicativas

Santo Antônio Energia S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(b) Gestão de riscos

A Companhia possui políticas e estratégias operacionais e financeiras aprovadas por sua Administração que normatizam a exposição ao risco de crédito em instrumentos financeiros de forma a garantir o valor, a liquidez, a segurança e a rentabilidade de seus ativos e manter os níveis de endividamento e perfil da dívida conforme definidos no Plano de negócios da Companhia e deliberações do Conselho de Administração.

Os riscos financeiros mais relevantes a serem gerenciados pela Companhia são:

(i) Risco de taxa de juros e inflação

A Companhia está exposta aos riscos de elevação das taxas de juros nacionais e inflação, bem como à variação na taxa de juros dos financiamentos contratados. Em 31 de dezembro de 2018 a Companhia possui R\$ 14.978.856 em empréstimos, financiamentos e debêntures contratados dos quais, desconsiderando-se o custo de transação financeira de R\$ 13.704, R\$ 9.711.582 (Nota 13.1) relacionados a financiamento obtido junto ao BNDES e R\$ 4.704.863 (Nota 13.2) em debêntures, ambos atrelados ao Índice de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA.

Adicionalmente, a Companhia assumiu, na assinatura do Contrato de Concessão nº 001/2008 de Uso do bem público para a geração de energia, a obrigação de recolher à União o montante total fixado em R\$ 379.267, em parcelas mensais proporcionais ao valor anual de R\$ 11.852, reajustado anualmente pelo IPCA (Nota 16).

Em 31 de dezembro de 2018, a Companhia não possui instrumentos financeiros derivativos contratados para proteção desses riscos.

(ii) Risco de crédito

Risco de crédito da contraparte é aquele existente em função da incapacidade da contraparte de cumprir suas obrigações financeiras com a Companhia por insolvência.

Visando gerenciar esse risco, os relacionamentos da Companhia com instituições financeiras são apenas com instituições financeiras de primeira linha e que possuem “*ratings*” fornecidos por agências internacionais como *Fitch Rating*, *Standard & Poor's* e *Moody's Investor* e devidamente aprovadas pelo Conselho de Administração da Companhia por meio da Política de Gestão de Riscos Financeiros.

Parte dos contratos de venda de energia da Companhia está amparada em regras do ambiente de contratação regulada de energia. Adicionalmente, a Companhia busca minimizar seus riscos de crédito através de mecanismos de garantia envolvendo recebíveis de seus clientes e, quando aplicável, mediante seguro garantia e fianças bancárias.

(iii) Risco de liquidez

A Companhia monitora permanentemente os fluxos de caixa de curto, médio e longo prazo, previstos e realizados, buscando evitar possíveis descasamentos e consequentes perdas financeiras e garantir as exigências de liquidez para as necessidades operacionais. Para equalização da situação do capital circulante negativo, a Companhia conta com geração operacional de caixa.

Notas Explicativas

Santo Antônio Energia S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(iv) Risco hidrológico

A energia elétrica produzida por uma usina hidrelétrica apresenta grande variabilidade pela forte dependência do regime hidrológico. A conjuntura do sistema e os baixos níveis de armazenamento dos reservatórios, em decorrência das chuvas abaixo da média histórica e consequentemente baixas vazões, tem provocado uma diminuição significativa da energia hidráulica gerada pelo SIN (Sistema Interligado Nacional), com consequente aumento da exposição do gerador ao participar de um rateio no MRE (Mecanismo de Realocação de Energia), valorado a PLD (Preço de Liquidação das Diferenças), o que gera um dispêndio com o *GSF* (*Generation Scaling Factor*) para os geradores hidrelétricos.

Desta forma, para reduzir a exposição a esse risco, a Companhia aderiu à repactuação do risco hidrológico com a ANEEL, na forma da lei nº 13.203/2015, conforme Resolução Normativa nº 684/2015, para seus contratos de venda de energia no ACR – Ambiente de Comercialização Regulado, na classe de produto SP93 para o montante de repactuação de 1.552,6 MW médios da parcela referente às 44 Unidades Geradoras da UHE Santo Antônio e, em 29 de dezembro de 2017, na classe de produto SP100 para o montante de repactuação de 129,6 MW médios da parcela referente às 6 Unidades Geradoras adicionais da UHE Santo Antônio (Nota 1).

(v) Análise de sensibilidade

Com relação ao risco de elevação da inflação, a Companhia estima que, em um cenário provável, em 31 de dezembro de 2019, a taxa IPCA será de 4,00% a.a. e CDI de 6,80% a.a.

A Companhia fez uma análise de sensibilidade dos efeitos nos resultados advindos de uma alta nas taxas de 25% e 50% em relação ao cenário provável, considerados como possível e remoto, respectivamente.

	Valor Contábil Em 31 de dezembro de 2018	Índices estimados	Em 31 de dezembro de 2019		
			Cenário provável	Cenário possível Aumento do risco em 25%	Cenário remoto Aumento do risco em 50%
Ativos					
Caixa e equivalentes de caixa - CDI - (Nota 4)	66.174	6,80%	70.674	71.799	72.924
Depósitos em garantia (Nota 6)	127.500	6,80%	136.170	138.338	140.505
Passivos					
Debêntures - IPCA - (Nota 13.2)	(4.704.863)	4,00%	(4.893.058)	(4.940.106)	(4.987.155)
Empréstimos - IPCA - (Nota 13.1)	(9.711.582)	6,80%	(10.371.970)	(10.537.066)	(10.702.163)
Concessões a pagar - IPCA - (Nota 16)	(273.284)	4,00%	(284.215)	(286.948)	(289.681)
Provisões socioambientais - IPCA (Nota 17)	(358.272)	4,00%	(372.603)	(376.186)	(379.768)
Passivo líquido exposto	(14.854.327)		(15.715.002)	(15.930.169)	(16.145.338)
Efeito líquido das variações			(860.675)	(1.075.842)	(1.291.011)

A análise não considera o financiamento do Banco da Amazônia S.A., cujos recursos financeiros são oriundos do Fundo Constitucional de Financiamento do Norte – FNO. Esse financiamento possui taxa de juros fixa (Nota 13.1(b)).

(c) Gestão de capital

Ao administrar o seu capital, a Companhia tem como objetivo salvaguardar a capacidade de continuidade para oferecer retorno aos acionistas e benefícios a outras partes interessadas, além de perseguir uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

Os índices de alavancagem financeira foram:

Notas Explicativas

Santo Antônio Energia S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Descritivo	Nota	31 de dezembro de 2018	31 de dezembro de 2017
Debêntures	13.2	4.692.345	4.321.381
Empréstimos	13.1	10.272.807	10.730.951
Menos: Caixa e equivalentes de caixa	4	(66.174)	(54.403)
Dívida líquida (A)		14.898.978	14.997.929
Total do patrimônio líquido		4.193.670	5.561.461
Total do capital (B)		19.092.648	20.559.390
Índice de alavancagem financeira (C = A/B x 100)		78,04%	72,95%

4 Caixa e equivalentes de caixa

	31 de dezembro de 2018	31 de dezembro de 2017
Fundos de caixa	15	21
Bancos conta movimento	3.736	14
Aplicações financeiras		
Certificado de depósito bancário (CDB)	27.986	44.817
Operação Compromissada	34.437	9.551
	<u>66.174</u>	<u>54.403</u>

As aplicações financeiras no ano de 2018 tiveram um rendimento médio de 87,58% da variação do CDI e possuem vencimento em até 730 dias da data da sua contratação e são prontamente conversíveis em caixa, pois todos os recursos estão aplicados com liquidez diária.

Aplicações financeiras por agente financeiro:

Agente financeiro	Tipo de aplicação	Indexador	Rating	31 de dezembro de 2018	31 de dezembro de 2017
Banco ABC do Brasil S.A.	CDB	CDI	AAA(Fitch)/AAA(S&P)		10.023
Banco ABC do Brasil S.A.	Compromissada	CDI	AAA(Fitch)/AAA(S&P)	6.901	
Banco do Amazônia S.A.	CDB	CDI	AA(Fitch)	3.035	
Banco Daycoval S.A.	CDB	CDI	AA(Fitch)/AA+(S&P)		18.395
Banco do Brasil S.A.	CDB	CDI	AA+(Fitch)/Aaa(Moody)	11.470	1.908
Banco do Nordeste do Brasil S.A.	CDB	CDI	AA(Fitch)/AAA(S&P)	3.001	2.466
Banco Itaú S.A.	Compromissada	CDI	AAA(S&P)/Aa1(Moody's)	13.783	
Banco Votorantim S.A.	Compromissada	CDI	AAA(S&P)/Aa3(Moody's)	13.753	9.551
Banco Votorantim S.A.	CDB	CDI	AAA(S&P)/Aa3(Moody's)		10.024
Caixa Econômica Federal	CDB	CDI	AA(Fitch)	10.480	
Banco Bradesco S.A.	Tit. Capitalização		AAA(Fitch)		2.000
Outros				3.751	36
Total				66.174	54.403

Notas Explicativas**Santo Antônio Energia S.A.****Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2018****Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma****5 Contas a receber**

	31 de dezembro de 2018	31 de dezembro de 2017
Consumidores - Fornecimento industrial	47.463	61.244
Concessionárias - Suprimento convencional	280.148	258.485
	327.611	319.729

Contas a receber “Consumidores – Fornecimento industrial” referem-se a créditos existentes com consumidores de energia e contas a receber “Concessionárias – Suprimento convencional”, com revendedores de energia.

O prazo de faturamento da Companhia é, em grande parte, de 15 dias, razão pela qual os valores dos títulos a receber correspondem ao seu valor justo na data da venda.

6 Depósitos em garantia

	31 de dezembro de 2018	31 de dezembro de 2017
Circulante		
Reserva do serviço de debêntures - 2ª emissão (i)	1.795	
Reserva do serviço de debêntures - 3ª emissão (i)	11.177	10.488
Câmara de comercialização de energia elétrica - CCEE (iii)	46.950	
Reserva Fianças (ii)	14.219	15.764
	74.141	26.252
Não circulante		
Reserva do serviço da dívida 1 - BNDES direto/indireto/FNO (iv)	18.350	178.358
Reserva do serviço da dívida 2 - BNDES direto/indireto (v)		89.545
Reserva estática de debêntures - 3ª emissão (vi)	23.525	1.385
Reserva de O&M (vii)	11.484	10.945
	53.359	280.233
	127.500	306.485

O saldo de depósitos em garantia no ativo circulante está composto, respectivamente, por montante para fazer face:

- (i) Aos juros da 2ª e da 3ª emissão de debêntures, que são compostos mensalmente e pagos semestralmente, próximo pagamento 27 de junho de 2019 e 15 de abril de 2019 respectivamente.
- (ii) A caução para fianças bancárias.
- (iii) Ao aporte em garantia para liquidação na CCEE (Câmara de Comercialização de Energia Elétrica).

Notas Explicativas**Santo Antônio Energia S.A.****Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2018****Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**

- (iv) A Conta Reserva do Serviço da Dívida 1. Em 31 de dezembro de 2017, o montante equivale a três vezes o valor pago da última parcela de financiamento BNDES direto/indireto e FNO – Nota 13.1, subtraído do valor das fianças bancárias apresentadas como garantia no valor de R\$ 115.000. Em 31 de dezembro de 2018, o montante equivale somente a três vezes o valor pago da última parcela do FNO. Devido ao reperfilamento da dívida do BNDES direto/indireto a Companhia está desobrigada a compor a Conta Reserva até 31.12.2022.
- (v) A Conta Reserva do Serviço da Dívida 2. Em 31 de dezembro de 2017, o montante equivale a três vezes o valor pago da última parcela de financiamento BNDES direto/indireto. Em 31 de dezembro de 2018, devido ao reperfilamento da dívida do BNDES direto/indireto a Companhia está desobrigada a compor a Conta Reserva até 31.12.2022.
- (vi) A composição da Conta Reserva Estática da 3ª emissão de debêntures.
- (vii) A Conta Reserva de O&M que devem ser mantidos aplicados durante toda a vigência do Contrato de Cessão Fiduciária.

7 Despesas pagas antecipadamente

	31 de dezembro de 2018	31 de dezembro de 2017
Circulante		
Seguros	10.981	15.042
Repactuação GSF	28.283	28.283
	<u>39.264</u>	<u>43.325</u>
Não circulante		
Seguros	7 28	7.841
Repactuação GSF	150.845	179.127
	<u>151.573</u>	<u>186.968</u>
	<u>190.837</u>	<u>230.293</u>

Conforme Resolução Normativa nº 684/2015, para reduzir a exposição ao risco do GSF (*Generation Scaling Factor*), a Companhia aderiu à repactuação do risco hidrológico com a ANEEL para seus contratos de venda de energia no ACR – Ambiente de Comercialização Regulado, na forma da Lei nº 13.203/2015, na classe de produto SP93, com prêmio de risco associado de R\$3,25 por MWh para o montante de repactuação de 1.552,6 MW médios da parcela referente às 44 Unidades Geradoras da UHE Santo Antônio e, em 29 de dezembro de 2017, na classe de produto SP100 para o montante de repactuação de 129,6 MW médios da parcela referente às 6 Unidades Geradoras adicionais da UHE Santo Antônio.

Parte do GSF repactuado recuperado no exercício de 2015 foi reconhecido, após seu pagamento, como prêmio de seguro no Ativo e estão sendo amortizados pelo período de 10 anos e 4 meses, com início a partir de janeiro de 2015 e encerramento em abril de 2025.

Notas Explicativas**Santo Antônio Energia S.A.****Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2018****Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma****8 Dispêndios reembolsáveis**

	31 de dezembro de 2018	31 de dezembro de 2017
Não circulante		
Consórcio Construtor Santo Antônio (i)	65.351	60.771
Consórcio Construtor Santo Antônio (ii)	1.567.588	1.505.527
(-) Provisão para crédito de liquidação duvidosa (ii)	(678.551)	(678.551)
	954.388	887.747

Tratam-se de desembolsos que não representam gastos da Companhia e que serão objeto de reembolso pelo seu beneficiário. Os gastos realizados pela Companhia, que possuem previsão contratual de reembolso, são inicialmente registrados no resultado ou no ativo imobilizado da SAE, conforme sua natureza, e, separadamente, a crédito de redução desse gasto, a Companhia apropria a parcela reembolsável em contrapartida a “Dispêndios reembolsáveis”. Os reembolsos são registrados pelo valor do custo reembolsável incorrido e atualizados conforme previsão de cada contrato.

- (i) Conforme o 1º Termo Aditivo ao Contrato de Concessão, celebrado em 01 de dezembro de 2008, que estabeleceu a primeira antecipação da entrada em operação comercial da Usina e de acordo com o Contrato para Implantação da UHE Santo Antônio celebrado entre a Companhia e o Consórcio Construtor Santo Antônio (“CCSA”), a Santo Antônio Energia S.A. deve repassar ao CCSA o custo pela compra de volume de energia, ao preço da tarifa de energia resultante do leilão da UHE Santo Antônio (R\$ 78,87/MWh), tendo em vista o não cumprimento do cronograma de entrada em operação comercial das unidades geradoras previsto no cronograma do 1º Termo Aditivo ao Contrato de Concessão. O saldo é atualizado monetariamente pelo IGP-M.
- (ii) Em novembro de 2010, durante a fase de construção da Usina, o Consórcio Construtor Santo Antônio (“CCSA”) apresentou para a Santo Antônio Energia S.A. (“Companhia” ou “SAE”) novo cronograma de entrada em operação comercial, antecipando, pela segunda vez, o início de entrada em operação comercial das unidades geradoras da UHE Santo Antônio, de 01 de maio de 2012 para 15 de dezembro de 2011, estabelecendo “bônus” pelo resultado líquido que seria auferido em razão da antecipação, no valor máximo de R\$ 122,00 por MWh, conforme 2º Termo Aditivo ao Contrato de Concessão. No entanto, o cronograma de entrada em operação comercial das unidades geradoras não foi plenamente cumprido, gerando para a Companhia custos de recomposição de lastro referente à energia não gerada em razão do descumprimento da antecipação contratada. Tais custos suscitaram o direito de ressarcimento da Companhia junto ao CCSA cujo valor, referido à 31 de dezembro de 2018, atualizado monetariamente pelo IGP-M, monta à R\$ 1.567.588 mil.

Durante o exercício de 2014, o CCSA requereu que, no cálculo dos custos de recomposição de lastro da energia não gerada em razão do descumprimento da antecipação, fosse utilizado o limitador de R\$ 122,00 por MWh, referido à data-base do contrato assinado entre as partes. A Administração da Companhia efetuou análises do pleito, incluindo aspectos legais, e alterou sua estimativa quanto ao valor de realização do ativo. Assim, sobre o valor total do dispêndio reembolsável que naquela data era de R\$ 1.383.211 mil, registrou um *impairment* no valor de R\$ 678.551 mil, resultando num valor esperado de recebimento de R\$ 704.660 mil em 31 de dezembro de 2014.

A SAAG Investimentos S.A. e a CEMIG Geração e Transmissão S.A., acionistas da Controladora da Companhia, requereram, perante a Câmara de Arbitragem do Mercado (“CAM”), instauração de procedimento arbitral em face da Madeira Energia S.A. - MESA - CAM 63/15, em razão da constituição do *impairment*, o qual foi julgado em 07 de junho de 2017, deferindo os pedidos dos requerentes e determinando a reversão do *impairment* citado acima.

Notas Explicativas

Santo Antônio Energia S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A sentença arbitral foi tempestivamente cumprida pela MESA e sua subsidiária integral, com a respectiva reversão do *impairment* no balancete contábil encerrado em julho de 2017, período abrangido pelas informações trimestrais de 30 de setembro de 2017.

Para dirimir a questão da responsabilidade do CCSA pelo ressarcimento dos custos de recomposição de lastro e a utilização do limitador contratual, a Companhia requereu, perante a International Chamber of Commerce ("ICC"), a instauração de processo arbitral em face do CCSA, que se encontra em andamento. Este processo é revestido de confidencialidade, nos termos do Regulamento Arbitral da ICC.

Neste contexto e tendo presente o que determina o Pronunciamento Técnico CPC 38 – Instrumentos Financeiros, nas informações referentes ao trimestre encerrado em 30 de setembro de 2017, foi registrada Provisão de Crédito de Liquidação Duvidosa (PCLD), no valor de R\$ 678.551 mil, nas demonstrações financeiras no trimestre findo em 30 de setembro 2017, tendo em vista a expectativa da Companhia e sua Controlada com relação a recuperação destes ativos.

9 Imposto de renda e contribuição social diferidos

a) Composição

O Imposto de Renda e a Contribuição Social registrados no exercício são apurados em bases corrente e diferida. Esses tributos são calculados com base nas leis tributárias vigentes na data do balanço e são reconhecidos na demonstração do resultado. O cálculo do Imposto de Renda e da Contribuição Social diferidos é feito utilizando-se, respectivamente, as alíquotas de 25% e de 9%.

O Imposto de Renda e a Contribuição Social diferidos são reconhecidos principalmente sobre: a) prejuízos fiscais e bases negativas da contribuição social; e b) provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa - PCLD (Nota 08) que corresponde a uma diferença temporária entre a base fiscal e o valor contábil pelo qual ele foi registrado. Esta diferença afetará o imposto em períodos futuros, quando a provisão for finalizada.

O valor total de imposto diferido ativo reconhecido nas demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2018 é como segue:

Notas Explicativas**Santo Antônio Energia S.A.****Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2018****Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**

	31 de dezembro de 2018	31 de dezembro de 2017
Saldo no início do exercício	627.181	588.161
Movimentação		
Diferenças Temporárias- Provisão FID	12.837	117.403
Diferenças Temporárias- Provisão		678.551
Diferenças Temporárias Reversão de Provisão-Impairment		(678.551)
Custos de transação de empréstimos e financiamentos		(1.330)
Amortização - Custos de transação de emissão de	2.614	2.614
Amortização - Custos de transação de empréstimos e financiamentos	24.990	1.558
Amortização do Uso do bem público	(1.499)	(1.499)
Amortização de Terrenos	(74)	(74)
Amortização de Servidores	(2)	(2)
Amortização de Despesas Pré-Operacionais- Efetuada de acordo com a entrada em operação das turbinas, sendo amortizado 1/44 avos por mês/turbina	(2.963)	(3.905)
Realização da Diferença Temporária-Provisão FID	(393.578)	
	(357.675)	114.765
IRPJ - 25%	(89.419)	28.691
CSLL - 9%	(32.191)	10.329
Encargo fiscal	(121.610)	39.020
Saldo no final do exercício	505.571	627.181

Os prejuízos fiscais e bases negativas da contribuição social não expiram no âmbito tributário brasileiro.

b) Realização do IRPJ e CSLL

O reconhecimento e o valor dos tributos diferidos ativos dependem da geração futura de lucros tributáveis, o que requer o uso de estimativas relacionadas ao desempenho futuro da Companhia e sua Controlada. Essas estimativas estão contidas no plano de negócios que anualmente é enviado para aprovação do Conselho de Administração da Companhia e sua Controlada. Esse plano é elaborado pela Diretoria, que utiliza como principais variáveis, os contratos de venda de energia firmados com seus clientes, custos e despesas operacionais pautados em critérios definidos pelos órgãos reguladores, atualização das dívidas com base em índices pré-estabelecidos (destacando-se a TJLP e o IPCA). Essas variáveis são obtidas de consultores externos especializados, do desempenho histórico da Companhia e sua Controlada e sua capacidade de criar lucro tributável.

Notas Explicativas**Santo Antônio Energia S.A.****Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2018
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**

Ativo	Saldo					Após 2022
	Em 31 de dezembro de 2018	2019	2020	2021	2022	
Prejuízos fiscais (IR) e base negativa (CSL) (i)	264.705					264.705
Provisões Temporárias (ii)	230.707			230.707		
Amortização de Despesas pré-operacionais (iii)	1.021	558	378	85		
Amortização de Terrenos e Servidões (iv)	652	26	26	26	26	548
Direito de outorga - UBP (iv)	12.743	510	510	510	510	10.703
	509.828	1.094	914	231.328	536	275.956
Passivo						
Custos de transação - emissão de debêntures (iv)	4.257	889	889	889	889	700
	4.257	889	889	889	889	700
Líquido	505.571	205	25	230.439	(353)	275.256

O IRPJ e a CSLL diferidos ativos são reconhecidos sobre:

- (i) Prejuízos fiscais e base negativa da contribuição social - a Companhia reconheceu, em 2015, crédito tributário de R\$264.705, decorrente de Imposto de Renda e da Contribuição Social diferidos, calculados sobre prejuízos fiscais e bases negativas acumulados até 31 de dezembro de 2014;
- (ii) PCLD - A diferença temporária está relacionada à Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa (Nota 08), que corresponde a uma diferença entre a base fiscal e a base contábil pelo qual esse evento foi registrado nas demonstrações financeiras em 30 de setembro de 2018, que poderá resultar numa quantia dedutível em períodos futuros, caso a quantia contabilizada, a título de provisão, seja liquidada;
- (iii) Despesas contábeis temporariamente não tributáveis;
- (iv) Despesas fiscais que serão refletidas contabilmente em períodos posteriores.

A Companhia estima que será necessário gerar um lucro tributável de cerca de R\$ 778.545 nos exercícios seguintes para realizar seus ativos fiscais diferidos constituídos sobre os prejuízos fiscais, apresentados em 31 de dezembro de 2018, se desconsiderada a limitação da utilização do prejuízo fiscal em 30% da base de cálculo ao ano.

Anualmente, a Companhia revisa a projeção de lucros tributáveis utilizando como base o seu plano de negócios. Se essa projeção indicar que os resultados tributáveis não serão suficientes para absorver o tributo diferido, será feita a baixa correspondente à parcela do ativo que não será recuperada.

Em 06 de Dezembro de 2018 a Companhia obteve homologação do pedido do benefício fiscal do Lucro da Exploração referente a redução de 75% do Imposto de Renda junto à Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia-SUDAM. O pedido de reconhecimento do direito à redução do IRPJ encontra-se em análise junto à Receita Federal do Brasil.

Notas Explicativas

Santo Antônio Energia S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

10 Imobilizado

Registrado ao custo de aquisição e construção. Inclui a capitalização dos encargos de empréstimos tomados especificamente para o financiamento de projetos, líquidos das receitas financeiras auferidas com esses recursos.

Inclui também: (a) adiantamentos a fornecedores para aquisição de bens que integram o imobilizado; (b) estoque de bens para aplicação no imobilizado; (c) gastos relacionados com as ações ambientais de proteção, monitoramento, reflorestamento, recuperação ou compensação dos impactos socioambientais; e (d) outros gastos realizados para concluir a obra como um todo.

A Companhia adota como depreciação o método linear e seu cálculo se iniciou quando a unidade geradora entrou em operação comercial. A ANEEL é responsável por estabelecer a vida útil econômica dos ativos imobilizados do setor elétrico brasileiro, com revisões periódicas nas estimativas. A depreciação dos itens que fazem parte do projeto da UHE Santo Antônio está limitada ao período concessivo, pois não há previsão de indenização do valor residual desses itens ao término da concessão. Dessa forma, foram utilizadas as vidas úteis estabelecidas pela ANEEL ou o período de concessão como base para depreciação do ativo imobilizado, dos dois, o menor período.

A UHE Santo Antônio irá operar em suas capacidades ótimas dentro do período projetado, sendo, portanto, os ativos recuperáveis em sua integralidade.

		31 de dezembro de 2018		31 de dezembro de 2017	
	Taxas anuais médias de depreciação %	Custo histórico	Depreciação acumulada	Valor líquido	Valor líquido
Imobilizado em serviço					
Terrenos	3,47%	211.205	(41.396)	169.809	59.218
Reservatórios, barragens e adutoras	3,49%	8.595.422	(1.223.985)	7.371.437	7.618.075
Edificações, obras civis e benfeitorias	3,52%	4.600.467	(643.670)	3.956.797	4.099.582
Máquinas e equipamentos	3,63%	9.665.384	(1.425.539)	8.239.845	8.653.755
Móveis e utensílios	16,67%	6.849	(3.931)	2.918	129
Veículos	6,25%	4.259	(1.672)	2.587	2.751
Total do imobilizado em serviço		23.083.586	(3.340.193)	19.743.393	20.433.510
Imobilizado em curso					
Terrenos					144.034
Reservatórios, barragens e adutoras		59.059		59.059	9.176
Edificações, obras civis e benfeitorias		47		47	552
Máquinas e equipamentos		52.585		52.585	52.450
Veículos					703
Móveis e utensílios		19.228		19.228	8.843
Material em depósito					24.993
Outros		33.575		33.575	17.248
Total do imobilizado em curso		164.494		164.494	257.999
Total do imobilizado		23.248.080	(3.340.193)	19.907.887	20.691.509

A Companhia não identificou indícios de perda do valor recuperável de seus ativos imobilizados.

As movimentações do imobilizado nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 foram as seguintes:

Notas Explicativas

Santo Antônio Energia S.A.

**Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2018**
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

2018

	31 de dezembro de 2017	31 de dezembro de 2018					
	Valor líquido	Adições	Transferência / Reclassificação	Transferência para imobilizado em serviço	Valor Baixa	Valor Depreciação	líquido
Imobilizado em serviço							
Terrenos	59.218			144.034		(33.443)	169.809
Reservatórios, barragens e adutoras	7.618.075		(8.939)	64.065		(301.764)	7.371.437
Edificações, obras civis e benfeitorias	4.099.582		(271)	18.600		(161.114)	3.956.797
Máquinas e equipamentos	8.653.755		(204.397)	138.365		(347.878)	8.239.845
Móveis e utensílios	129		779	818		(1.430)	296
Veículos	2.751		10	4.089		(1.641)	5.209
Total do imobilizado em serviço	20.433.510		(212.818)	369.971		(847.270)	19.743.393
Imobilizado em curso							
Terrenos	144.034			(144.034)			
Reservatórios, barragens e adutoras	9.176	49.908	63.707	(63.732)			59.059
Edificações, obras civis e benfeitorias	552	2.847	15.248	(18.600)			47
Máquinas e equipamentos	52.450	27.339	109.514	(136.428)	(290)		52.585
Veículos	703			(691)	(12)		
Móveis e utensílios	8.843	387	(3.068)	(6.153)	(9)		
Material em depósito	24.993	7.024	(11.451)		(1.338)		19.228
Outros	17.248	28.832	(1.709)	(333)	(10.463)		33.575
Total do imobilizado em curso	257.999	116.337	172.241	(369.971)	(12.112)		164.494
Total do imobilizado	20.691.509	116.337	(40.577)		(12.112)	(847.270)	19.907.887

2017

	31 de dezembro de 2016	31 de dezembro de 2017					
	Valor líquido	Adições	Transferência / Reclassificação	Transferência para imobilizado em serviço	Valor Baixa	Valor Depreciação	líquido
Imobilizado em serviço							
Terrenos	61.382					(2.164)	59.218
Reservatórios, barragens e adutoras	6.970.014			936.733		(288.672)	7.618.075
Edificações, obras civis e benfeitorias	3.463.628		6.904	787.060		(158.010)	4.099.582
Máquinas e equipamentos	7.203.468		(17)	1.813.353	(19.438)	(343.611)	8.653.755
Móveis e utensílios	55		(805)	902		(23)	129
Veículos	1.365		821	2.116		(1.551)	2.751
Total do imobilizado em serviço	17.699.912		6.903	3.540.164	(19.438)	(794.031)	20.433.510
Imobilizado em curso							
Terrenos	105		143.929				144.034
Reservatórios, barragens e adutoras	390.004	6.230	15.549	(402.583)	(24)		9.176
Edificações, obras civis e benfeitorias	409.777	1.833	2.028	(413.065)	(21)		552
Máquinas e equipamentos	848.367	7.968	16.043	(819.869)	(59)		52.450
Veículos	3.854	1.274	(571)	(3.854)			703
Móveis e utensílios	7.709	501	824	(83)	(108)		8.843
A ratear	1.871.766		(1.871.766)				
Material em depósito	35.391	14.530	(22.122)		(2.806)		24.993
Adiantamento a fornecedores	197.119		(32.433)	(164.633)	(53)		
Outros	16.740	13.216	1.728.074	(1.736.077)	(4.705)		17.248
Total do imobilizado em curso	3.780.832	45.552	(20.445)	(3.540.164)	(7.776)		257.999
Total do imobilizado	21.480.744	45.552	(13.542)		(27.214)	(794.031)	20.691.509

Notas Explicativas

Santo Antônio Energia S.A.

**Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2018**
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

11 Intangível

		31 de dezembro de 2018			31 de dezembro de 2017
	Taxas anuais médias de depreciação %	Custo histórico	Amortização acumulada	Valor líquido	Valor líquido
Intangível em Serviço					
Direito de concessão - Uso do Bem Público - UBP	3,20%	199.339	(43.057)	156.282	162.661
Servidão permanente	3,75%	10.226	(878)	9.348	9.727
Software	20,00%	30.003	(20.961)	9.042	10.020
Total do intangível em serviço		239.568	(64.896)	174.672	182.408
Intangível em Curso					
Software		661		661	3.334
Total do intangível em curso		661		661	3.334
Total do intangível		240.229	(64.896)	175.333	185.742

As movimentações do intangível no exercício findo em 31 de dezembro de 2018 foram as seguintes:

	31 de dezembro de 2017	31 de dezembro de 2018					
	Valor líquido	Adições	Transferência / Reclassificação	Transferência para imobilizado em serviço	Valor Baixa	Valor Amortização	Valor líquido
Intangível em Serviço							
Direito de concessão - Uso do Bem Público	162.661					(6.379)	156.282
Servidão permanente	9.727					(379)	9.348
Software	10.020			3.291		(4.269)	9.042
Total do intangível em serviço	182.408			3.291		(11.027)	174.672
Intangível em Curso							
Servidão permanente							
Software	3.334	191	443	(3.291)	(16)		661
Total do intangível em curso	3.334	191	443	(3.291)	(16)		661
Total do intangível	185.742	191	443		(16)	(11.027)	175.333

Notas Explicativas

Santo Antônio Energia S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

2017

	31 de dezembro de 2016	31 de dezembro de 2017					
	Valor líquido	Adições	Transferência / Reclassificação	Transferência para imobilizado em serviço	Valor Baixa	Valor Amortização	líquido
Intangível em Serviço							
Direito de concessão - Uso do Bem Público	169.039					(6.378)	162.661
Servidão permanente	625			9.489		(387)	9.727
Software	6.929		(556)	12.511	(12)	(8.852)	10.020
Total do intangível em serviço	176.593		(556)	22.000	(12)	(15.617)	182.408
Intangível em Curso							
Servidão permanente	5.100		4.389	(9.489)			
Software	16.087	688	(930)	(12.511)			3.334
Total do intangível em curso	21.187	688	3.459	(22.000)			3.334
Total do intangível	197.780	688	2.903		(12)	(15.617)	185.742

12 Fornecedores

	31 de dezembro de 2018	31 de dezembro de 2017
Circulante		
Passivo Regulatório (i)	326.230	61.110
Encargos de uso da rede elétrica (ii)	100.958	97.229
Materiais e serviços	47.000	20.156
Suprimento de energia elétrica	32.043	24.005
	506.231	202.500
Não Circulante		
Passivo Regulatório (i)	409.278	
Total	915.509	202.500

- (i) O saldo da rubrica Passivo regulatório representa uma posição devedora da SAE em operações de compra e venda de energia realizada no âmbito da CCEE (Câmara de Comercialização de Energia Elétrica). Além do balanço de energia, a CCEE é responsável por efetuar cobranças de encargos como FID – Fator de disponibilidade e GSF – *Generation Scaling Factor*.

Após autorização da ANEEL, a CCEE concordou com o parcelamento do débito referente ao Fator de Disponibilidade - FID, no valor de R\$ 143.421 (a ação foi denominada pela Companhia de FIDIII e é referente a recursos relativos a queda da liminar cujo o objeto da ação fundamentava-se na aplicação da Resolução Normativa da ANEEL nº 614/2014, a partir de junho de 2014). O parcelamento ocorreu nos seguintes termos: (a) 10 parcelas iguais, acrescidas de IGP-M e juros de 1% ao mês, com vencimentos mensais a partir de Maio-2018.

Notas Explicativas

Santo Antônio Energia S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Após autorização da ANEEL, a CCEE concordou com o parcelamento do débito referente ao Fator de Disponibilidade - FID, no valor de R\$ 738.000 (a ação foi denominada pela Companhia de FIDII e é referente a recursos relativos a queda da liminar cujo o objeto da ação estava fundamentado nos esclarecimentos do edital do leilão da UHE Santo Antonio). O parcelamento ocorreu nos seguintes termos: (a) 36 parcelas iguais, acrescidas de IGP-M e juros de 1% ao mês, com vencimentos mensais a partir de Setembro-2018.

- (ii) Encargo de uso da rede elétrica é uma obrigação decorrente de contrato firmado com o ONS – Operador Nacional do Sistema e concessionárias de transmissão para prestação do serviço de transmissão de energia. Os valores são calculados em função da tarifa de uso de transmissão da rede básica e do montante de uso do sistema de transmissão contratado pela UHE Santo Antônio.

13 Empréstimos, financiamentos e debêntures

Os empréstimos, financiamentos e debêntures são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de liquidação é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que eles estejam em aberto, utilizando o método da taxa de juros efetiva.

Instrumentos financeiros que são obrigatoriamente resgatáveis em uma data específica são classificados como passivo.

Os empréstimos, financiamentos e debêntures são classificados como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

Os encargos financeiros que são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável, que é um ativo que, necessariamente, demanda um período de tempo substancial para ficar pronto para seu uso ou venda pretendidos, são capitalizados como parte do custo do ativo quando for provável que eles irão resultar em benefícios econômicos futuros para a entidade e que tais custos possam ser mensurados com confiança (Nota 10). Demais encargos são reconhecidos como despesa no período em que são incorridos.

Conforme previsto e informado em demonstrações anteriores, a companhia concluiu em 14/12/2018 as assinaturas dos instrumentos contratuais relativos ao reperfilamento da sua dívida junto ao BNDES FINEM (direto original/suplementar e indireto original/suplementar). O reperfilamento proporcionará uma melhora na liquidez da Companhia para os próximos anos, ajustando o fluxo de pagamentos à sua real capacidade. Essa renegociação teve como principais alterações: (i) extensão do prazo da dívida de 2034 para 2040, (ii) aumento do prazo de carência do principal que passará a ser amortizado a partir de janeiro de 2025, (iii) pagamento gradual de juros conforme tabela abaixo, e (iv) mudança dos indexadores da dívida de TJLP para TLP* sendo, BNDES Direto passou de TJLP + 2,40% a.a. para TLP + 3,9% a.a. e BNDES Indireto passou de TJLP + 3,3% a.a. para TLP 4,7% a.a.

* TLP = IPCA + 2,98% a.a.

Notas Explicativas**Santo Antônio Energia S.A.****Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2018****Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**

Pagamentos dos juros a partir de:	%
15/01/2019	5%
15/07/2019	50%
15/01/2021	60%
15/01/2022	80%
15/01/2024	90%
15/01/2025	100%

13.1 Empréstimos e financiamentos

	Moeda	Encargos Financeiros	31 de dezembro de 2018	31 de dezembro de 2017
BNDES - Indireto	R\$	TLP* + 4,7% a.a	5.471	338.817
BNDES - Direto	R\$	TLP* + 3,9% a.a	15.913	322.912
BNDES	R\$		(55)	(1.558)
Banco da Amazônia S.A. - FNO	R\$	JUROS de 10,0% a.a.	31.930	29.415
Passivo circulante			53.259	689.586
	Moeda	Encargos Financeiros	31 de dezembro de 2018	31 de dezembro de 2017
BNDES - Indireto (a)	R\$	TLP* + 4,7% a.a	4.922.943	4.825.743
BNDES - Direto (a)	R\$	TLP* + 3,9% a.a	4.767.255	4.679.760
Custos de transação a amortizar -	R\$		(1.131)	(23.432)
Banco da Amazônia S.A. - FNO (b)	R\$	JUROS de 10,0% a.a.	530.481	559.294
Passivo não circulante			10.219.548	10.041.365
			10.272.807	10.730.951

* TLP = IPCA + 2,98% a.a.

(a) Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES

As principais condições dos financiamentos são:

(i) Vencimento das parcelas – não circulante (principal e encargos)

	Não circulante						
	2020	2021	2022	2023	2024	Após 2024	Total
Principal e Encargos	13.529	13.529	13.529	13.044	12.075	9.624.492	9.690.198
	13.529	13.529	13.529	13.044	12.075	9.624.492	9.690.198

Notas Explicativas

Santo Antônio Energia S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(ii) Garantias

- (a) Penhor da totalidade das ações da Companhia de propriedade da Madeira Energia S.A. – MESA, acionista e Controladora integral da Companhia, dando as mesmas para o BNDES através da celebração do contrato de penhor de ações e outras avenças;
- (b) Cessão fiduciária entre a Companhia e o BNDES, envolvendo os direitos de titularidade da mesma, em decorrência do Contrato de Concessão de Uso do bem público para geração de energia elétrica, incluindo os direitos creditórios de sua titularidade referentes aos Contratos de Compra e Venda de Energia (CCVEs) e os Contratos de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado (CCEARs), Contratos de Compra de Reduções de Emissão de Carbono (CCRECs), se vierem a ser firmados, e cessão condicional dos contratos do projeto de execução da Usina Hidrelétrica Santo Antônio;
- (c) Suporte de acionistas e outras avenças para assegurar o pagamento de quaisquer obrigações do contrato de financiamento;
- (d) Suporte de acionistas para cobertura de insuficiências que vier a ocorrer na execução do projeto, além de frustrações das fontes de recursos previstas para utilização nos investimentos do projeto;
- (e) Fiança Eletrobrás e Cemig para assegurar o pagamento de quaisquer obrigações dos contratos de financiamento e insuficiências que ocorrerem na execução ou frustrações das fontes de recursos previstas para o projeto;
- (f) Suporte de acionistas suplementar e outras avenças para assegurar o pagamento de quaisquer obrigações do contrato de financiamento suplementar.

(iii) Cláusulas restritivas

O financiamento contratado pela Companhia junto ao BNDES, mencionado anteriormente, possui cláusulas restritivas (*covenants*), as quais vêm sendo adequadamente cumpridas pela Companhia, com exceção do Índice de Capitalização – relação entre ativo total e patrimônio líquido de no mínimo 0,25 e ICSD – Índice de cobertura do serviço da dívida de no mínimo de 1,2, apurados no período de janeiro a dezembro de 2018, para os quais já foram obtidos *waivers* dos credores em 31 de dezembro de 2018 razão pela qual tais dívidas continuaram a ser apresentados de acordo com o seu prazo de vencimento.

(b) Banco da Amazônia S.A.

As parcelas liberadas decorrem do contrato de financiamento, firmado entre a Companhia e o Banco da Amazônia S.A. em 11 de março de 2009 e aprovado com base na Decisão de Diretoria nº 1.120/2008, de 16 de dezembro de 2008, com interveniência da Companhia e de seus acionistas, no valor total de R\$ 503.420, cujos recursos financeiros são oriundos do Fundo Constitucional de Financiamento do Norte - FNO. O referido contrato de financiamento teve como objetivo a implantação da Usina Hidrelétrica Santo Antônio (Nota 1). As principais condições do financiamento são:

Notas Explicativas

Santo Antônio Energia S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(i) Vencimento das parcelas - não circulante (principal e encargos)

	Não circulante					
	2020	2021	2022	2023	2024	Após 2024
	Total					
Principal e Encargos	51.881	51.881	51.881	51.881	51.881	271.076
	51.881	51.881	51.881	51.881	51.881	271.076

(ii) Garantias e cláusulas restritivas

O Banco da Amazônia compartilha das mesmas garantias e restrições apresentadas na Nota 13.1 (a) (ii) e (iii).

(c) Movimentação de empréstimos e financiamentos

	Circulante	Não circulante
Saldo em 31 de dezembro de 2017	689.586	10.041.365
Encargos financeiros provisionados	885.889	69.646
Encargos financeiros pagos	(837.928)	
Amortização de principal	(599.557)	
Transferências	(86.235)	86.235
Custos de transação	(1.186)	
Transferências de custo de transação	1.131	(1.131)
Reconhecimento custo de transação (Reperfilamento)	1.559	23.433
Saldo em 31 de dezembro de 2018	53.259	10.219.548

13.2 Debêntures

	Série	Valor unitário (em reais)	Remuneração	Principal	31 de dezembro de 2018				31 de dezembro de 2017
					Encargos	Custos de transação	Total		Total
1ª emissão (a)	1ª e 2ª						(50)	(50)	(50)
2ª emissão (b)	Única	R\$ 100.000,00	IPCA + juros de 6,2% a.a.	104.741	270		(560)	104.451	(171)
3ª emissão (c)	1ª	R\$ 10.000,00	IPCA + juros de 7,05% a.a.		3.703		(977)	2.726	2.585
	2ª		IPCA + juros de 7,49% a.a.		9.819		(1.027)	8.792	8.418
Passivo circulante				104.741	13.792	(2.614)	115.919		10.782
1ª emissão (a)	1ª	R\$ 1.000,00	IPCA + juros de 6,5% a.a.	770.448	868.311		(456)	1.638.303	1.479.373
	2ª			809.346	762.428		(456)	1.571.318	1.418.887
2ª emissão (b)	Única	R\$ 100.000,00	IPCA + juros de 6,2% a.a.	323.400	137.462		(1.727)	459.135	541.463
3ª emissão (c)	1ª	R\$ 10.000,00	IPCA + juros de 7,05% a.a.	200.000	61.410		(2.075)	259.335	248.821
	2ª		IPCA + juros de 7,49% a.a.	500.000	153.525		(5.190)	648.335	622.055
Passivo não circulante				2.603.194	1.983.136	(9.904)	4.576.426		4.310.599
				2.707.935	1.996.928	(12.518)	4.692.345		4.321.381

Notas Explicativas

Santo Antônio Energia S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(a) 1ª Emissão

Em setembro de 2012, a Companhia celebrou contrato para emissão de 1.520.120 debêntures não conversíveis em ações, da espécie com garantia real e com garantias adicionais, divididas em duas séries, sendo a 1ª série recebida em 25 de outubro de 2012, no valor de R\$ 760.060 (R\$ 770.448, atualizados até a data de recebimento) e a 2ª série recebida em 28 de junho de 2013, no valor de R\$ 760.060 (R\$ 809.346, atualizados até a data de recebimento), tendo o Fundo de Investimento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FI-FGTS) como debenturista, Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários como agente fiduciário e representante do debenturista e a Controladora como interveniente anuente.

O objetivo desta emissão foi captar recursos para desenvolvimento, implantação e construção do projeto original da UHE Santo Antônio e de seu sistema de transmissão associado para a exploração da concessão (Nota 1).

O FI-FGTS, na qualidade de debenturista, compartilha das mesmas garantias apresentadas na Nota 13.1 (a) (ii). exceto pelo subitem (e), cuja a fiança é emitida por Furnas e Cemig para assegurar o pagamento de quaisquer obrigações dos contratos de financiamento e insuficiências que ocorrerem na execução ou frustrações das fontes de recursos previstas para o projeto;

A escritura dessa emissão possui cláusulas restritivas (*covenants*), as quais vêm sendo adequadamente cumpridas pela Companhia, com exceção do (i) Índice de Liquidez – dívida líquida sobre o patrimônio líquido menor ou igual a 3,5 (waiver até 2028) e (ii) ICSD – Índice de cobertura do serviço da dívida de no mínimo de 1,2, apurados no período de janeiro a dezembro de 2018, para ambos foi realizada assembleia geral de debenturistas em 14 de dezembro de 2018, onde foi obtido *waivers* do debenturista, razão pela qual tal emissão continua a ser apresentada de acordo com o seu prazo de vencimento.

(b) 2ª Emissão

Em dezembro de 2012, a Companhia emitiu 4.200 debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, com garantia adicional real e fidejussória, em série única, recebida em 24 de janeiro de 2013, no valor atualizado de R\$ 424.924. O valor nominal unitário das debêntures é R\$ 100, totalizando R\$ 420.000, tendo a Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários, como agente fiduciário, representando a comunhão dos debenturistas e a Controladora, como interveniente anuente.

O objetivo desta emissão foi captar recursos para desenvolvimento, implantação e construção do projeto original da UHE Santo Antônio e de seu sistema de transmissão associado para a exploração da concessão (Nota 1).

Os debenturistas compartilham das mesmas garantias apresentadas na Nota 13.1 (a) (ii). As cláusulas restritivas deste contrato vêm sendo cumpridas adequadamente pela Companhia.

A escritura dessa emissão possui cláusulas restritivas (*covenants*), as quais vêm sendo adequadamente cumpridas pela Companhia, com exceção do (i) Índice de Capitalização – relação entre ativo total e patrimônio líquido de no mínimo 0,25, (*waivers* dos debenturistas até o exercício de 2021), e (ii) ICSD – Índice de cobertura do serviço da dívida de no mínimo de 1,2, apurados no período de janeiro a dezembro de 2018, para o ambos foi realizada assembleia geral de debenturistas em 13 de agosto de 2018 e 20 de dezembro de 2018 respectivamente, onde foram obtidos *waivers* dos debenturistas, razão pela qual tal emissão continua a ser apresentada de acordo com o seu prazo de vencimento.

Notas Explicativas**Santo Antônio Energia S.A.****Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2018****Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**

Os juros remuneratórios são pagos semestralmente, enquanto que o saldo principal tem como vencimento 5,5% em 27/12/2017 - 17,5% em 27/12/2019 - 25,0% em 27/12/2020 - 24,0% em 27/12/2021 – e saldo em 27/12/2022. No item (d) desta nota apresentamos os valores anuais das parcelas das debêntures.

(c) 3ª Emissão

Em 15 de abril de 2014, a Companhia emitiu 70.000 debêntures simples, não conversíveis em ações, escriturais, nominativas, da espécie quirografária com garantia adicional real e fidejussória, divididas em duas séries, totalizando o montante de R\$ 700.000, para distribuição pública, nos termos da instrução da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) nº 400, de 29 de dezembro de 2003, tendo a Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários, como agente fiduciário e representante dos debenturistas e a Controladora como interveniente anuente. As duas séries foram recebidas entre os dias 2 e 5 de maio de 2014, sendo a 1ª série de R\$ 200.000 (R\$ 201.000, atualizados até a data de recebimento) e a 2ª série no valor de R\$ 500.000 (R\$ 504.000, atualizados até a data de recebimento).

O objetivo desta emissão foi de captar recursos para viabilização e implementação das 50 unidades geradoras da UHE Santo Antônio.

Os debenturistas dessa 3ª emissão compartilham das mesmas garantias e restrições apresentadas na Nota 13.1 (a) (ii) e (iii).

A escritura dessa emissão possui cláusulas restritivas (*covenants*), as quais vêm sendo adequadamente cumpridas pela Companhia, com exceção do (i) Índice de Capitalização – relação entre ativo total e patrimônio líquido de no mínimo 0,25, (*waivers* dos debenturistas até o exercício de 2021), e (ii) ICSD – Índice de cobertura do serviço da dívida de no mínimo de 1,2, apurados no período de janeiro a dezembro de 2018, para o ambos foi realizada assembleia geral de debenturistas em 13 de agosto de 2018 e 20 de dezembro de 2018 respectivamente, onde foram obtidos *waivers* dos debenturistas, razão pela qual tal emissão continua a ser apresentada de acordo com o seu prazo de vencimento.

Os juros remuneratórios são pagos semestralmente, enquanto que o saldo principal tem como vencimento: 1ª série – 16,4% em 15/04/2020 – 49,3% em 15/04/2021 e saldo em 15/04/2022; 2ª série - 25,1% em 15/04/2022 – 55,6% em 15/04/2023 e saldo em 15/04/2024. No item (d) desta nota apresentamos os valores anuais das parcelas das debêntures.

(d) Vencimento das parcelas de debêntures - não circulante (principal e encargos)

						Não circulante	
	2020	2021	2022	2023	2024	Após 2024	Total
Principal e Encargos	356.537	272.521	257.250	401.919	297.942	3.000.161	4.586.330
	356.537	272.521	257.250	401.919	297.942	3.000.161	4.586.330

Notas Explicativas**Santo Antônio Energia S.A.****Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2018**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(e) Movimentação de debêntures

	Circulante	Não circulante
Saldo em 31 de dezembro de 2017	10.782	4.310.599
Encargos financeiros provisionados	(179)	466.821
Encargos financeiros pagos	(98.292)	
Transferência	203.608	(203.608)
Amortização de custos de transação	2.614	
Transferências de custo de transação	(2.614)	2.614
Saldo em 31 de dezembro de 2018	115.919	4.576.426

14 Impostos e contribuições

	31 de dezembro de 2018	31 de dezembro de 2017
Circulante		
COFINS (i)	33.852	64.267
PIS (i)	7.327	13.879
ICMS	14.830	20.255
ICMS diferencial de alíquotas (ii)	11.946	19.738
INSS	958	831
ISS	679	633
Outros	2.267	1.540
	71.859	121.143
Não circulante		
COFINS (Parcelamento) (i)	61.316	
PIS (Parcelamento) (i)	13.254	
ICMS diferencial de alíquotas (ii)		9.115
	74.570	9.115
	146.429	130.258

- (i) No 1º semestre de 2018 a Companhia requereu o parcelamento convencional do PIS e da COFINS previsto no art. 10 da Lei nº 10.522 de 19 de julho de 2002, totalizando o montante de R\$ 125.708, que será quitado em 60 parcelas mensais, atualizadas pela SELIC e acrescidas de 1% no mês do vencimento.
- (ii) A Companhia aderiu ao benefício fiscal previsto no Decreto Estadual/RO nº 18.496, de 08 de janeiro de 2014, o qual reduziu para 2% a alíquota do ICMS DA (Diferencial de Alíquota), decorrentes das operações de entrada de mercadorias ou bens destinados às obras de instalação, construção, operação e manutenção da usina, em transações interestaduais. O saldo do imposto a pagar de R\$ 11.946, registrados no passivo circulante, corresponde às entradas registradas nos períodos de 2009 a junho de 2014 e está sendo quitado em 60 parcelas mensais, com início em julho de 2014. O saldo do parcelamento é corrigido anualmente pela UPF – Unidade de padrão fiscal do Estado de Rondônia e sobre ele incidem juros de 1% ao mês.

Notas Explicativas**Santo Antônio Energia S.A.****Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2018****Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma****15 Adiantamentos de clientes**

No período de 2018, a Companhia recebeu R\$ 244.353, em adiantamento de clientes de contrato de venda de energia firmado com a Beta Comercializadora, R\$ 64.992 em adiantamento de clientes de contrato de energia firmado com a Matrix Comercializadora, R\$ 30.420 em adiantamento de clientes de contrato de energia firmado com a Energisa Comercializadora, R\$ 20.018 em adiantamento de clientes de contrato de energia firmado com a Capitale Energia e Comercializadora.

Os valores antecipados, cujos recebimentos ocorreram no exercício de 2018, serão amortizados mensalmente conforme o fornecimento da energia contratado e liquidados até o exercício de 2021.

	31 de dezembro de 2018	31 de dezembro de 2017
Circulante		
Beta Comercializadora de Energia S.A	184.350	56.050
Matrix Comercializadora de Energia Elétrica	64.992	
Capitale Energia e Comercializadora	20.018	
Energisa Comercializadora de Energia	10.140	
Cemig Geração e Transmissão S.A.	6.870	70.100
	<u>286.370</u>	<u>126.150</u>
Não circulante		
Beta Comercializadora de Energia S.A	60.003	
Energisa Comercializadora de Energia	20.280	
	<u>80.283</u>	
Saldo em 31 de dezembro de 2018	<u><u>366.653</u></u>	<u><u>126.150</u></u>

16 Concessões a pagar

Trata-se da obrigação, assumida pela Companhia no Contrato de Concessão nº 001/2008 de Uso do bem público para a geração de energia, de recolher à União o pagamento total fixado de R\$ 379.267, em parcelas mensais iguais, sendo exigida a partir da entrada em operação comercial da primeira unidade geradora, ocorrida em 30 de março de 2012, até o 35º ano da concessão. O valor do pagamento é atualizado anualmente pelo IPCA, o montante total da obrigação é registrado pelo valor presente total do UBP até o final do contrato de concessão descontado à taxa de 6,94% a.a. O saldo a pagar em 31 de dezembro de 2018 totaliza R\$ 273.284 (2017 – R\$ 265.489).

Buscando refletir adequadamente a contraprestação pecuniária da concessão e a respectiva obrigação perante a União, os valores da concessão foram registrados no ativo intangível (Nota 11), em contrapartida do passivo.

Notas Explicativas**Santo Antônio Energia S.A.****Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2018****Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma****(a) Movimentação**

	Circulante	Não circulante
Saldo em 31 de dezembro de 2017	21.229	244.260
Atualização - IPCA	(3)	24.438
Ajuste a valor presente	(31)	5.378
Pagamentos	(21.987)	
Transferências	22.777	(22.777)
Saldo em 31 de dezembro de 2018	21.985	251.299

(b) Vencimentos da concessão a pagar apresentada no passivo não circulante

2019	22.868
2020	23.709
2021	24.638
2022	25.552
2023	26.487
2024	27.456
2025 a 2043	100.589
	251.299

17 Provisões socioambientais

O IBAMA - Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – concedeu licenças ambientais para a Companhia, as quais impuseram condicionantes para a construção do empreendimento. Essas obrigações, que estão relacionadas com ações ambientais de proteção, monitoramento, reflorestamento, recuperação e compensação dos impactos socioambientais, foram estimadas e são monitoradas pela Administração da Companhia. Esses gastos, relacionados à construção, foram estimados e registrados como custo do ativo imobilizado, em Reservatório, barragens e adutoras. Tal estimativa foi realizada pela área de sustentabilidade e meio ambiente da Companhia e submetida à aprovação do Conselho de Administração da Companhia, quando da aprovação do Plano de negócios da empresa.

	31 de dezembro de 2018	31 de dezembro de 2017
Circulante		
Programas básicos ambientais (i)	93.640	50.018
	93.640	50.018
Não circulante		
Programas básicos ambientais (i)	178.512	244.982
Compensação ambiental (ii)	86.120	102.009
	264.632	346.991
	358.272	397.009

Notas Explicativas

Santo Antônio Energia S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

- (i) Nas rubricas “Programas básicos ambientais” estão registradas as estimativas da Administração da Companhia com relação aos gastos socioambientais que a SAE incorrerá a fim de mitigar o impacto causado pela construção da UHE Santo Antônio, em cumprimento aos programas previstos nas Licenças de Instalação nº 540/2008 e de Operação nº 1.044/2011 expedidas pelo IBAMA. Essas licenças estabelecem que sejam executados os seguintes Programas Básicos Ambientais (PBA), entre outros:
- Programa de Monitoramento do Lençol Freático
 - Programa de Monitoramento Sismológico
 - Programa de Monitoramento Climatológico
 - Programa de Conservação da Flora
 - Programa de Conservação da Fauna
 - Programa de Conservação da Ictiofauna
 - Programa de Saúde Pública
 - Programa de Remanejamento da População Atingida
- (a) Movimentação das provisões ambientais durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2018

	<u>Circulante</u>	<u>Não circulante</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2017	50.018	244.982
Atualização monetária - IPCA		9.274
Realizações	(65.689)	
Adições	33.567	
Transferências	75.744	(75.744)
Saldo em 31 de dezembro de 2018	<u>93.640</u>	<u>178.512</u>

- (ii) O saldo registrado em “Compensação ambiental”, calculado com base na Lei nº 9.985/00 e no Decreto nº 6.848/09, corresponde a 0,5% (R\$ 56.159) do valor de referência do empreendimento, conforme definido na Licença de Operação nº 1.044/11, expedida pelo IBAMA. Esses recursos, destinados a compensar os impactos ambientais causados pela obra, e que em 31 de dezembro de 2018 R\$ 86.120 no passivo não circulante (2017 - R\$ 102.009). Essa redução do valor é consequência de uma decisão jurídica favorável, em que a Companhia apresentou pleitos ao IBAMA e ICMBio que culminaram com a adoção da MP 809, convertida na Lei 13.668/18, que afastou a incidência da SELIC, determinando que atualização deve ser feita pelo IPCA-e, a partir da afixação do valor da Compensação Ambiental (set/11).

18 Cauções em garantia

Referem-se, principalmente, às retenções de 5% dos valores pagos aos contratados com base nos contratos firmados de compra de máquinas e equipamentos, transporte e montagem das 50 unidades geradoras de energia e dos painéis de controle da UHE Santo Antônio. O montante retido é a garantia do cumprimento de todas as obrigações estabelecidas em contratos de serviços elegíveis. Em 31 de dezembro de 2018, o montante é de R\$ 427.382 (2017 - R\$ 358.320), dos quais R\$ 409.821 registrados no passivo não circulante correspondem às cauções em garantia do Contrato EPC com o CCSA.

Notas Explicativas**Santo Antônio Energia S.A.****Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2018****Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma****19 Provisão para contingências**

Os passivos contingentes e as provisões existentes estão ligados, principalmente, as discussões nas esferas judiciais e administrativas decorrentes, em sua maioria, de processos trabalhistas, ambientais, cíveis e tributários.

A Administração da Companhia, com base na opinião dos seus assessores jurídicos externos, classifica esses processos em termos da probabilidade de perda da seguinte forma:

- a) Perda provável – são processos onde existe maior probabilidade de perda do que de êxito ou, de outra forma, a probabilidade de perda é superior a 50%.
- b) Perda possível – são processos onde a possibilidade de perda é maior que remota. A perda pode ocorrer, todavia os elementos disponíveis não são suficientes ou claros de tal forma que permitam concluir que a tendência será de perda ou ganho. Em termos percentuais, a probabilidade de perda se situa entre 25% e 50%. Para esses processos, a Companhia não faz provisão e destaca em nota explicativa.

(a) Risco provável

	31 de dezembro de 2018	Movimentações	31 de dezembro de 2017	31 de dezembro de 2017	Movimentações	31 de dezembro de 2016
Circulante						
Regulatória (i)					(552.478)	552.478
Não circulante						
Regulatória (i)		(669.881)	669.881	669.881	669.881	
Ambiental (ii)	14.612	898	13.714	13.714	1.230	12.484
Cível (iii)	30.213	3.722	26.491	26.491	12.782	13.709
Trabalhista	706	(400)	1.106	1.106	(569)	1.675
	<u>45.531</u>	<u>(665.661)</u>	<u>711.192</u>	<u>711.192</u>	<u>683.324</u>	<u>27.868</u>
Total	<u>45.531</u>	<u>(665.661)</u>	<u>711.192</u>	<u>711.192</u>	<u>130.846</u>	<u>580.346</u>

(i) Regulatória**FID (Fator de Disponibilidade)**

Em 31 de julho de 2015, o Tribunal Regional Federal da 1ª Região julgou procedente o pedido da Companhia de antecipação da tutela recursal para suspender a exigência da aplicação do Fator de Disponibilidade (FID) em relação às unidades geradoras da UHE Santo Antônio não despachadas pelo Operador Nacional do Sistema (ONS). Referida decisão, que determinava à Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL e à Câmara Comercializadora de Energia Elétrica – CCEE que adotassem os procedimentos necessários à eficácia de tal decisão nas contabilizações e liquidações da referida Câmara, foi suspensa pelo STJ e em seguida foi reestabelecida, após deferimento da medida liminar em Reclamação Constitucional no STF. No entanto, em 10 de abril de 2018 o STF negou seguimento a Reclamação Constitucional, reestabelecendo os efeitos da decisão proferida pelo STJ. Em face da decisão do STF, a CCEE, após autorização da ANEEL, concordou com o parcelamento do débito referente ao Fator de Indisponibilidade, no valor de aproximadamente R\$ 738.000, que foi registrado no passivo na rubrica de Fornecedores (Nota 12), nos seguintes termos: (a) 36 parcelas iguais, acrescidas de atualização monetária e juros; (b) o parcelamento foi iniciado na contabilização de julho de 2018, com liquidação financeira efetuada em 05 de setembro de 2018.

Notas Explicativas**Santo Antônio Energia S.A.****Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2018****Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma****(ii) Administrativo Ambiental**

Refere-se ao auto de infração lavrado em 23 de dezembro de 2008, pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA, no valor de R\$ 7.700. O objeto do referido auto é a imposição de multa à Companhia por suposta conduta lesiva ao meio ambiente, caracterizada pela alegada mortandade de 11.000 kg de peixes de várias espécies em decorrência de eventual poluição nas enseadeiras da UHE Santo Antônio, no rio Madeira, município de Porto Velho - RO.

Em 25 de novembro de 2014, foi recebida pela Companhia decisão de indeferimento da defesa administrativa apresentada em 13 de janeiro de 2009. A Companhia apresentou, em 15 de dezembro de 2014, recurso administrativo contra referida decisão de indeferimento, o qual aguarda julgamento. Consoante o entendimento dos seus advogados, a expectativa é de perda provável no montante de R\$ 14.612 em relação ao mérito da autuação e de perda possível em relação às agravantes de penalidade citadas no referido auto.

(iii) Cível

Referem-se em sua maioria a ações de execução para entrega de reserva legal de lotes de reassentamentos. A Companhia foi executada para entregar os respectivos lotes da reserva legal devidamente regularizados ou indenizar os reassentados em montante equivalente.

A indenização está calculada em R\$ 30.213 (2017 – R\$ 26.491)

(b) Risco possível

Em 31 de dezembro de 2018, existem processos no montante de R\$ 3.846.014, conforme demonstrados a seguir, cuja perda foi estimada como possível, as quais são periodicamente reavaliadas pelos assessores jurídicos e pela Administração da Companhia, não requerendo a constituição de provisão nas demonstrações financeiras.

	31 de dezembro de 2018	31 de dezembro de 2017
Trabalhista (i)	439	3.796
Cível (ii)	3.212.319	2.736.399
Administrativo ambiental (iii)	44.232	53.062
Administrativo tributário (iv)	589.024	531.429
	3.846.014	3.324.686

Dentre as principais causas com risco de perda avaliadas como possível destacam-se as seguintes:

(i) Trabalhistas

Diversas ações, nas quais a Companhia responde, em sua maioria, subsidiariamente, em que questionam, entre outros, verbas trabalhistas, tais como, pagamento de horas extras, adicionais de periculosidade e insalubridade.

Notas Explicativas**Santo Antônio Energia S.A.****Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2018****Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma****(ii) Cível**

As ações judiciais de natureza cível referem-se, em sua grande maioria, às indenizações pleiteadas por pessoas que se consideram impactadas pelo enchimento do reservatório da usina ou que pretendem majorar e/ ou receber indenizações por conta das desapropriações realizadas.

(iii) Administrativo ambiental

Diversos autos de infração referentes às questões ambientais como mortandade de peixes e ocorrência de queimadas em áreas da Companhia.

(iv) Administrativo tributário

Processos administrativos para discussão de não homologação de pedidos de compensação formalizados perante a Delegacia Especial da Receita Federal, bem como discussão de compensação de IRRF e notificações da Secretaria Municipal da Fazenda do município de Porto Velho e da Secretaria de Estado de Finanças do Governo do Estado de Rondônia.

20 Outras Provisões

	31 de dezembro de 2018	31 de dezembro de 2017
Consórcio Construtor Santo Antônio (i)	241.138	224.238
Consórcio Construtor Santo Antônio (ii)	316.146	293.987
	<u>557.284</u>	<u>518.225</u>

- (i) Em 31 de dezembro de 2018, o saldo de R\$ 241.138 (2017 – R\$ 224.238) refere-se ao ressarcimento ao CCSA pela Companhia de custos relacionados à extensão de prazo no cronograma contratual de entrada em operação comercial, oriundo dos efeitos das paralisações causadas pelas greves durante os anos de 2009 a 2013 (eventos de caso fortuito – força maior) no canteiro de obras da UHE Santo Antônio.
- (ii) Nessa rubrica estão registrados gastos incorridos com greves e paralisações ocorridas entre os anos de 2009 e 2013, que resultaram na elevação dos custos do Contrato EPC em função da improdutividade e da concessão de aumentos salariais e outros benefícios aos trabalhadores do consórcio.

21 Patrimônio líquido**(i) Capital subscrito e integralizado**

Em Assembleia Geral Extraordinária da Companhia realizada em 05 de outubro de 2018, foi aprovado o aumento de capital da Companhia, mediante a emissão de 170.193.719 de novas ações ordinárias, nominativa e sem valor nominal, pelo valor de emissão de R\$ 0,5070 (cinquenta e setenta centavos) cada, totalizando de R\$ 86.288. As ações ora emitidas foram totalmente integralizadas em 08 de outubro de 2018.

Notas Explicativas**Santo Antônio Energia S.A.****Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2018****Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**

Companhia ressalta que o capital subscrito a integralizar, no valor de R\$ 174.720 foi devidamente aportado em 03 e 04 de outubro de 2018.

Em Assembleia Geral Extraordinária da Companhia realizada em 03 de dezembro de 2018, foi aprovado o aumento de capital da Companhia, mediante a emissão de 118.858.742 de novas ações ordinárias, nominativa e sem valor nominal, pelo valor de emissão de R\$ 0,4644 (quarenta e seis e quarenta e quatro) cada, totalizando de R\$ 55.198 As ações ora emitidas foram totalmente integralizadas em 06 de dezembro de 2018.

Em 31 de dezembro de 2018, o capital social da Companhia, totalmente subscrito e integralizado, é de R\$ 9.664.356 (2017 – R\$ 9.348.150) dividido em 10.000.452.329 (2017 – 9.536.679.868) ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, de titularidade integral da Madeira Energia S.A.

22 Resultado por ação

A tabela a seguir estabelece o cálculo do lucro (prejuízo) líquido por lote de mil ações para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e de 2017 (em milhares, exceto valor por lote de mil ações, apresentado em reais):

	Exercícios findos em 31 dezembro	
	2018	2017
Prejuízo do exercício	(1.683.997)	(1.075.238)
Média ponderada do número de ações ordinárias	9.628.010.110	9.536.679.868
Prejuízo básico e diluído por lote de mil ações ordinárias (em R\$)	(174,91)	(112,75)

23 Receita operacional líquida**(a) Receita líquida de venda de energia elétrica**

A receita de operações com energia elétrica é reconhecida no resultado mensalmente, de acordo com a entrega dos volumes de energia previstos nos contratos de fornecimento e suprimento de energia. Uma receita não é reconhecida se há incerteza de sua realização.

Notas Explicativas**Santo Antônio Energia S.A.****Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2018**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Exercícios findos em 31 dezembro	
	2018	2017
Fornecimento de energia à indústria	748.359	772.143
Suprimento de energia elétrica	2.723.037	2.664.335
	<u>3.471.396</u>	<u>3.436.478</u>
(-) Deduções da receita		
P & D	(30.056)	(29.710)
ICMS	(126.373)	(129.890)
PIS e COFINS	(309.414)	(305.859)
	<u>(465.843)</u>	<u>(465.459)</u>
Receita operacional líquida	<u>3.005.553</u>	<u>2.971.019</u>

As receitas de fornecimento de energia à indústria são oriundas de venda de energia a consumidores, enquanto que, suprimento de energia elétrica representam as vendas destinadas aos revendedores de energia.

Em 31 de dezembro de 2018, a UHE Santo Antônio possui 50 unidades geradoras em operação comercial, totalizando 2.328,10 MW médios de garantia física (Nota 1(a)).

24 Gastos operacionais**(a) Custos do serviço de energia elétrica**

	Exercícios findos em 31 dezembro					
	2018			2017		
	Custos dos serviços			Custos dos serviços		
	Com energia elétrica	De operação	Total	Com energia elétrica	De operação	Total
Energia de curto prazo - CCEE	(153.607)		(153.607)	(214.769)		(214.769)
Energia comprada para revenda	(378.371)		(378.371)	(360.928)		(360.928)
Encargos de uso e conexão (i)	(998.614)		(998.614)	(966.268)		(966.268)
Créditos de Pis e Cofins	176.798		176.798	131.772		131.772
Outras	(132.404)		(132.404)	(12.378)		(12.378)
Pessoal		(80.713)	(80.713)		(61.316)	(61.316)
Material		(21.414)	(21.414)		(17.748)	(17.748)
Serviços de terceiros		(99.982)	(99.982)		(94.503)	(94.503)
Depreciação e amortização		(853.737)	(853.737)		(803.030)	(803.030)
Outras		(118.651)	(118.651)		(108.712)	(108.712)
	<u>(1.486.198)</u>	<u>(1.174.497)</u>	<u>(2.660.695)</u>	<u>(1.422.571)</u>	<u>(1.085.309)</u>	<u>(2.507.880)</u>
Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa				678.551		678.551
	<u>(1.486.198)</u>	<u>(1.174.497)</u>	<u>(2.660.695)</u>	<u>(744.020)</u>	<u>(1.085.309)</u>	<u>(1.829.329)</u>

- (i) Encargo de uso da rede elétrica é uma obrigação decorrente do contrato firmado com a ONS - Operador Nacional do Sistema e concessionárias de transmissão para prestação do serviço de transmissão de energia. Os valores são calculados em função da tarifa de uso de transmissão da rede básica e do montante do uso do sistema de transmissão contratado pela UHE Santo Antônio Energia. O aumento do valor do encargo se deu pela completa motorização das 50 unidades geradoras.

Notas Explicativas**Santo Antônio Energia S.A.****Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2018****Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma****(b) Despesas gerais e administrativas**

	Exercícios findos em 31 dezembro	
	2018	2017
Pessoal	(40.530)	(36.869)
Fees e comissões para bancos	(27.651)	(4.405)
Serviços de terceiros	(52.013)	(56.417)
Amortização	(2.859)	(7.382)
Aluguéis e arrendamentos	(2.534)	(2.649)
Seguros	(12.834)	(14.165)
Tributos	(1.548)	(1.724)
Outras	(54.989)	(14.055)
	(194.958)	(137.666)

25 Resultado financeiro

	Exercícios findos em 31 dezembro	
	2018	2017
Receitas financeiras		
Receita de aplicações financeiras	21.633	41.566
Ajuste a valor presente	2.505	1.259
Outras receitas financeiras	11.914	3.369
Variações monetárias moeda nacional	93.232	46.982
(-) Tributos sobre receitas financeiras	(1.560)	(2.793)
	127.724	90.383
Despesas financeiras		
Juros de dívidas	(1.343.825)	(1.314.078)
Variações monetárias de dívidas	(64.172)	(120.715)
Variações monetárias (Uso do bem público)	(32.287)	(25.943)
Variações monetárias moeda nacional	(275.508)	(56.063)
Outras despesas financeiras	(124.590)	(13.577)
	(1.840.382)	(1.530.376)
	(1.712.658)	(1.439.993)

Santo Antônio Energia S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

26 Partes relacionadas

		Montante das transações nos exercícios findos em 31 de dezembro									
		Ativo		Passivo		Imobilizado		Receita		Despesa	
	Relação com a Companhia	31 de dezembro de 2018	31 de dezembro de 2017	31 de dezembro de 2018	31 de dezembro de 2017	2018	2017	2018	2017	2018	2017
Circulante											
CEMIG Geração e Transmissão S.A.	Acionista da Controladora	64.111	40.162	12.378	72.962			778.825	491.764	69.727	28.427
CEMIG Distribuição S.A.	Acionista comum		15.846						160.564	43.577	
Construtora Norberto Odebrecht	Acionista comum			25.627	25.627		205				
Andrade Gutierrez Engenharia S.A.	Acionista comum			20.931	20.931		5				
Odebrecht Serviços e Participações	Acionista comum			20.931	20.931		5				
Andrade Gutierrez Participações S.A.	Acionista da Controladora			540	490					50	48
Eletrobrás Furnas	Acionista da Controladora			18.872	18.789	35				225.120	192.475
Não Circulante											
Construtora Norberto Odebrecht	Acionista comum		14.982	31.048	20.911						
Odebrecht Serviços e Participações	Acionista comum		17.441	-	48						
		64.111	88.431	130.327	180.689	35	215	778.825	652.328	338.474	220.950

CEMIG Geração e Transmissão S.A. - A Companhia possui quatro contratos de compra e venda de energia elétrica no Ambiente de Contratação Livre, vigentes em que a Companhia atua como vendedora de energia para a CEMIG.

A Companhia firmou um contrato de compra e venda de energia elétrica no Ambiente de Contratação Livre em que atua como compradora de energia da CEMIG, com suprimento previsto entre 01 e janeiro de 2018 até 31 de dezembro de 2019.

A antecipação de volume de energia ocorrida em setembro de 2017, quando a Companhia recebeu da CEMIG Geração e Transmissão S.A. R\$ 70.100 foi suprida e liquidada entre 01 de janeiro de 2018 e 31 de dezembro de 2018.

Adicionalmente, a Companhia mantém com CEMIG Geração e Transmissão S.A. transações de encargos de uso da rede pelo serviço de transmissão de energia.

CEMIG Distribuição S.A. – A Companhia possui dois contratos de compra e venda de energia elétrica no Ambiente de Contratação Regulado provenientes do Leilão nº 05/2007 – ANEEL, com vigência de 31 de dezembro de 2012 à 31 de dezembro de 2041, e Leilão nº 03/2014 – ANEEL, com vigência de 01 de janeiro de 2017 à 31 de dezembro de 2046, em que a Companhia atua como vendedora de energia para a CEMIG.

Os contratos CCEARs entre a Companhia e CEMIG Distribuição S.A. tiveram seus montantes de energia temporariamente reduzidos através do instrumento regulatório previsto na Resolução Normativa ANEEL – REN 711/2016, durante o período de 01 de janeiro de 2018 à 31 de dezembro de 2019. A referida redução temporária exigiu que a Companhia ressarcisse a CEMIG Distribuição S.A. da diferença econômico-financeira gerada em sua Tarifa Homologada, ou seja, preço médio ponderado de seus contratos, excluindo-se os referidos CCEARs reduzidos.

Notas Explicativas

Santo Antônio Energia S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Andrade Gutierrez Engenharia S.A – A Companhia possui contrato para implantação da UHE Santo Antônio, bem como das instalações de transmissão de interesse restrito da central geradora da UHE Santo Antônio com o Consórcio Construtor Santo Antônio - CCSA, do qual a Andrade Gutierrez Engenharia S.A. participa sendo responsável pelos serviços de elaboração de projetos e de obras civis (Consórcio Santo Antônio Civil).

Construtora Norberto Odebrecht S.A. e Odebrecht Serviços e Participações S.A – A Companhia possui contrato para implantação da UHE Santo Antônio, bem como das instalações de transmissão de interesse restrito da central geradora da UHE Santo Antônio com o Consórcio Construtor Santo Antônio - CCSA, do qual a Construtora Norberto Odebrecht S.A. (CNO) e a Odebrecht Serviços e Participações S.A. participam sendo responsáveis pelos serviços de elaboração de projetos e de obras civis (Consórcio Santo Antônio Civil) e, adicionalmente, a CNO, pelo gerenciamento e execução dos serviços de montagem eletromecânica.

Eletrobrás Furnas - A Companhia possui um contrato de compra e venda de energia elétrica no Ambiente de Contratação Livre, vigente em que a Companhia atua como compradora de energia de Furnas Centrais Elétricas S.A. com prazo de suprimento compreendido entre 01 de janeiro de 2015 e 31 de dezembro de 2027.

Adicionalmente, a Companhia mantém com Furnas Centrais Elétricas S.A. transações de encargos de uso da rede pelo serviço de transmissão de energia.

Andrade Gutierrez Participações S.A. O saldo registrado refere-se a custos financeiros incorridos para que as obras da UHE Santo Antônio ocorressem conforme o cronograma previsto no Contrato de Concessão. O saldo é atualizado por TJLP acrescida de 3,1%.

Remuneração dos administradores

	Exercícios findos em	
	31 de dezembro	
	2018	2017
Remuneração	5.619	6.217
Participação em resultados	1.620	2.098
Benefícios diretos e indiretos	368	318
Total	7.607	8.633

27 Informação por segmento

A Companhia tem como único segmento de negócio a geração de energia elétrica, por meio da exploração da Usina Hidrelétrica Santo Antônio e seu sistema de transmissão associado, localizada no rio Madeira, município de Porto Velho-RO, na condição de “Produtor Independente”, nos termos estabelecidos pelo Contrato de Concessão. Sendo assim, a Administração da Companhia, responsável por revisar regularmente as informações financeiras, de forma a alocar os recursos e analisar o desempenho da empresa, não se utiliza de informação por segmento para suas análises.

Notas Explicativas

Santo Antônio Energia S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

28 Riscos relacionados à conformidade com leis e regulamentos

Em face de notícias divulgadas em 2015 por alguns meios de comunicação sobre suposto envolvimento de empresas que prestaram serviços à Companhia com alegações de possíveis atividades ilegais, incluindo empresas pertencentes aos grupos econômicos de acionistas da Controladora que eram membros do Consórcio Construtor Santo Antônio ("CCSA"), a Companhia contratou consultoria jurídica especializada externa para acompanhar e monitorar, trabalhos estes que se prolongaram até o início de 2019, a extensão dos fatos e eventuais desdobramentos de tais investigações face à Companhia.

Desde então, além da análise de informações e documentos públicos, obtidos a partir das delações premiadas, inquéritos e investigações oficiais, referida consultoria analisou também informações e documentos internos da Companhia. Esses trabalhos concluíram não haver evidências, fatos ou indícios de envolvimento da Companhia em atos relacionados à operação ("Lava Jato").

(a) Investigação Independente conduzida pela Companhia

Em razão da relevância do tema e da continuidade das investigações, inquéritos e processos relacionados à operação Lava-Jato, a Administração da Companhia entendeu ser adequada a continuidade e complementação dos procedimentos realizados até então pela Companhia e por seus consultores, bem como adotar novos procedimentos alinhados com as melhores práticas de compliance e governança corporativa.

Neste contexto, a Diretoria Executiva da Companhia deu ciência ao Conselho de Administração e este aprovou a contratação de Escritório Jurídico Independente especializado em investigações forenses para realização de investigação específica sobre os elementos acima descritos. A investigação independente foi iniciada em agosto de 2018 e concluída em fevereiro de 2019.

Para apoiar e acompanhar os trabalhos da investigação e garantir isenção e independência do Escritório Jurídico Independente contratado, a Companhia constituiu uma Comissão Independente composta pelos dois membros independentes do seu Conselho de Administração e por um profissional externo unicamente contratado para compor a Comissão, com experiência em processos investigativos. Ao final da investigação, o Escritório Jurídico Independente emitiu seu relatório final, que foi apresentado à Comissão e ao Conselho de Administração.

O relatório final conclui que no tocante ao conteúdo de colaborações e delações premiadas tornadas de conhecimento público em maio de 2017, salvo novos desdobramentos futuros em decorrência das investigações ainda não concluídas, de acordos de leniência e ou de termos de colaboração firmados com as autoridades brasileiras, esta investigação, realizada pelo Escritório Jurídico Independente, não encontrou evidências objetiva que permitam afirmar objetivamente, (i) suposta existência de pagamentos indevidos por parte da SAESA que devam ser considerados para eventual baixa contábil, (ii) repasse ou majoração de custos para fazer frente às vantagens indevidas supostamente pagas por membros do CCSA e (iii) vinculação da Companhia aos atos supostamente praticados por seus fornecedores, nos termos das delações e colaborações tornadas públicas.

Por outro lado, a investigação conduzida identificou a necessidade da adoção de melhorias nos processos internos da Companhia e de aprimoramento do seu Código de Ética e de suas normas de conduta.

Notas Explicativas

Santo Antônio Energia S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Cumpre salientar finalmente que tal investigação independente foi conduzida diligentemente pela Companhia sem que seus administradores tenham sido notificados a respeito de qualquer denúncia ou evidência concreta de fatos associados à Operação "Lava Jato" que atentem contra a Companhia ou seus administradores, até a data da aprovação dessas Demonstrações Financeiras.

(b) Aprimoramento de processos e controles

Em razão da relevância do tema e por recomendação do relatório final da investigação, o Conselho de Administração determinou a contratação de assessoria jurídica para apoiar a Administração da Companhia no que tange aos resultados da investigação e na revisão de alguns processos internos. A Administração da Companhia está comprometida e adotará novos procedimentos alinhados com as melhores práticas de compliance e governança corporativa que já estão em fase de implementação pela sua Área de Compliance.

* * *

Pareceres e Declarações / Relatório do Auditor Independente - Sem Ressalva

Relatório do auditor independente
sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Acionistas
Santo Antônio Energia S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Santo Antônio Energia S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Santo Antônio Energia S.A. em 31 de dezembro de 2018, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais Assuntos de Auditoria

Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Porque é um PAA Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Situação financeira da Companhia (Nota 2.4.1 às demonstrações financeiras)

A Companhia apresentou, em 31 de dezembro de 2018, excesso de passivos circulantes sobre ativos circulantes no montante de R\$ 660.916 mil.

Para equalização da situação do capital circulante negativo, a administração da Companhia tem tomado ações, dentre as quais destacam-se: (i) reperfilamento da dívida junto ao BNDES e bancos repassadores (Nota 13), concluído em 14 de dezembro de 2018 (ii) geração operacional de caixa, baseada nas projeções de resultado e de fluxos de caixa para os próximos doze meses da data do balanço.

Como consequência do reperfilamento da dívida a Companhia teve que proceder análises para avaliar se a renegociação deveria ser como uma modificação ou extinção.

Dadas as circunstâncias acima descritas, consideramos que este assunto se manteve como uma área de foco em nossa auditoria.

Dentre outros, realizamos os procedimentos de auditoria descritos a seguir.

Obtivemos memorando de avaliação da capacidade financeira preparado pela administração e confrontamos com as projeções de resultados futuros ("Projeções") avaliadas pelo Comitê Financeiro e recomendadas para aprovação do Conselho de Administração.

Avaliamos e testamos, com o apoio de nossos especialistas, a razoabilidade: (i) do modelo de cálculo utilizado pela administração para preparar as Projeções; (ii) das principais premissas utilizadas nas Projeções, tais como taxa de desconto, projeções de inflação, preço de venda e comercialização MW/h e risco hidrológico. Adicionalmente, realizamos análises de sensibilidade para as principais premissas das Projeções, para avaliar os resultados em diferentes cenários possíveis.

Com relação ao reperfilamento da dívida, nossos procedimentos de auditoria incluíram, dentre outros, exame dos contratos de renegociação da dívida, avaliação, com o envolvimento de nossos especialistas em instrumentos financeiros, do tratamento contábil adotado pela Companhia que contabilizou esta renegociação como uma "extinção" de dívida, para registro e recálculo dos valores relevantes envolvidos na transação, avaliação do cumprimento das cláusulas restritivas, bem como confirmação de saldos junto aos credores.

Por fim, consideramos que as divulgações efetuadas pela administração nas notas explicativas estão consistentes com as informações e dados obtidos.

Dispêndios reembolsáveis (Nota 8 às demonstrações financeiras)

A Companhia tem registrado contabilmente como "dispêndios reembolsáveis", o valor de R\$ 954.388 mil (líquido de provisão para crédito de liquidação duvidosa no valor de R\$ 678.551 mil) em 31 de dezembro de 2018, referente ao direito contratual de ressarcimento, junto ao Consórcio Construtor Santo Antônio, de perdas incorridas pelo atraso na antecipação da entrada em operação comercial da Usina Hidrelétrica Santo Antônio, prevista para dezembro de 2011, mas que ocorreu em março de 2012. As partes vêm discutindo a cobrança desse ressarcimento ao longo dos últimos anos. Atualmente, o processo encontra-se em procedimento arbitral com o intuito de dirimir dúvidas quanto a utilização do limitador contratual aplicado pela Companhia na mensuração do valor dos dispêndios reembolsáveis.

Mantivemos esta área como foco em nossa auditoria, pois a mensuração dos dispêndios reembolsáveis envolveu julgamentos relevantes por parte da administração da Companhia. Entre outros, efetuamos os seguintes principais procedimentos de auditoria:

Obtivemos entendimento do desenho dos controles internos para identificação, avaliação, monitoramento, mensuração, registro e divulgação da estimativa de ressarcimento dos gastos.

Inspecionamos o relatório de asseguarção do cálculo do ressarcimento dos dispêndios reembolsáveis, emitido por especialistas externos contratados pela administração, para a data-base de 31 de dezembro de 2018, e confrontamos as principais premissas utilizadas para o cálculo com o Contrato para Implementação da UHE Santo Antônio e seus aditivos e com o Contrato de Concessão e seus aditivos.

Avaliamos a razoabilidade das premissas utilizadas, bem como a competência técnica dos especialistas externos contratados pela Companhia.

Obtivemos confirmação das posições dos assessores jurídicos externos sobre a validade da cobrança do ressarcimento nos termos do contrato firmado entre a Companhia e o consórcio.

Testamos o cálculo dos valores relacionados ao ativo, inclusive de atualização monetária, em 31 de dezembro de 2018.

Consideramos que as premissas utilizadas pela administração para a determinação e mensuração dos dispêndios reembolsáveis pelo atraso da entrada em operação da Usina são razoáveis, suportadas por posições de consultores jurídicos e que as divulgações são consistentes com dados e informações obtidos.

Realização do imposto de renda e contribuição social diferidos (Nota 9 às demonstrações financeiras)

Em 31 de dezembro de 2018, a Companhia possui registrado R\$ 505.572 mil de imposto de renda e contribuição social diferidos, substancialmente oriundos de diferenças temporárias e de prejuízos fiscais e bases negativas da contribuição social. Esses créditos foram registrados na medida em que a administração considera que gerará lucros tributáveis futuros suficientes para a sua utilização, bem como estão limitados aos valores apurados nas projeções até o período de 10 anos.

Consideramos essa uma área de foco de auditoria, pois a análise de realização destes ativos envolve julgamentos importantes e subjetivos para determinar as bases tributárias futuras, advindas das projeções de resultado da Companhia, que levam em consideração diversas premissas, dentre as quais, a capacidade de geração de energia no futuro (impactada por riscos hidrológicos), o preço contratado e corrigido dessa energia, além de premissas de custo operacionais e financeiros da Companhia. Como resposta de auditoria, efetuamos os seguintes principais procedimentos:

Obtivemos entendimento do processo de revisão do plano de negócios que é utilizado para a análise da realização do imposto de renda e contribuição social diferidos.

Envolvemos nossos especialistas em temas tributários, assim como em avaliação de empresas, para nos auxiliar nos testes dos cálculos dos créditos e em relação aos modelos e premissas críticas utilizados pela administração. Comparamos essas premissas com informações macroeconômicas divulgadas no mercado, bem como comparamos as informações dessas projeções com orçamentos submetidas ao Conselho de Administração da Companhia.

Analizamos a razoabilidade do prazo de utilização dos prejuízos acumulados ao longo dos exercícios futuros, bem como discutimos as premissas utilizadas pela administração nas suas projeções. Testamos a coerência lógica e aritmética dos cálculos apresentados nas projeções, efetuamos testes de sensibilidade para as principais premissas das projeções.

Adicionalmente, analisamos a consistência dessas estimativas de realização em relação aos utilizados nos exercícios anteriores e efetuamos leitura das divulgações em notas explicativas.

Consideramos que os critérios e premissas adotados pela administração da Companhia para a determinação dos créditos tributários, bem como as divulgações efetuadas, são razoáveis, em todos os aspectos relevantes, no contexto das demonstrações financeiras.

Investigações e medidas legais que envolvem acionistas indiretos da Companhia (Nota 28 às demonstrações financeiras)

Como é de conhecimento público, estão em andamento, desde 2014, investigações conduzidas pela Polícia Federal, no âmbito da denominada Operação Lava Jato, entre outras operações, que têm por objeto, principalmente, práticas relacionadas à corrupção e à lavagem de dinheiro. Essas investigações e medidas judiciais envolvem empresas, executivos e ex-executivos, empregados e ex-empregados de empresas, incluindo algumas pertencentes aos grupos econômicos de acionistas da Controladora, portanto, acionistas indiretos da Companhia, e que resultaram em ações penais propostas pelo Ministério Público Federal. Em maio de 2017, foram tornadas públicas pelo Supremo Tribunal Federal, as delações e colaborações de empresas pertencentes aos grupos econômicos de acionistas indiretos da Companhia que eram membros do Consórcio Construtor Santo Antônio ("CCSA"). Estas delações e colaborações apontam dados que sugerem pagamentos por vantagens indevidas atribuídas ao CCSA e a determinados acionistas indiretos da Santo Antônio Energia S.A.

Esse assunto foi considerado como um dos principais assuntos de auditoria em virtude dos julgamentos relevantes e das incertezas e limitações inerentes, particularmente significativas em assuntos dessa natureza, inclusive na determinação de eventual impacto na Companhia.

Os procedimentos de auditoria por nós aplicados incluíram, entre outros, os descritos a seguir, com o apoio de nossos especialistas em investigações forenses, conforme aplicável.

Realizamos reuniões e discussões, para entendimento das principais respostas da administração e dos órgãos de governança em relação às alegações. As reuniões foram realizadas com o Conselho de Administração, Conselho Fiscal, Comissão de Investigação Independente constituída e membros da administração, incluindo a área de Compliance.

Obtivemos relatório emitido no início de 2019 pelo escritório jurídico externo contratado pela administração para efetuar uma investigação independente, efetuamos a leitura desse documento a fim de observar suas conclusões finais, bem como e efetuamos procedimentos, em base de testes, incluindo a revisão de (a) memorandos de entrevistas relevantes, (b) testes efetuados de transações de alto risco, e (c) procedimentos executados de busca por documentos suspeitos.

Consideramos que a divulgação na Nota 28 em relação a esse assunto está consistente com as informações e representações obtidas.

Outros assuntos

Demonstração do Valor Adicionado

A Demonstração do Valor Adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentada como informação suplementar para fins de IFRS, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - "Demonstração do Valor Adicionado". Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e é consistente em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Salvador, 21 de fevereiro de 2019

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes

CRC 2SP000160/O-5

Vinícius Ferreira Britto Rêgo
Contador CRC 1BA024501/O-9

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

DECLARAÇÃO DA DIRETORIA SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Nos termos do artigo 25, parágrafo 1º, inciso 6º da Instrução CVM nº 480/09, a Diretoria declara que reviu, discutiu e concorda com as Demonstrações Financeiras referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2018.

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

DECLARAÇÃO DA DIRETORIA SOBRE O PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Nos termos do artigo 25, parágrafo 1º, inciso 5º da Instrução CVM nº 480/09, a Diretoria declara que reviu, discutiu e concorda com as opiniões expressas no parecer dos auditores independentes emitido pela PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes, CRC 2SP000160/O-5.